

Reditus – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Rua Pedro Nunes, n.º. 11 – 1050-169 Lisboa

Capital Social: 32.500.000 Euros

Matriculada na C.R.C. de Lisboa sob o n.º. 36.790

Pessoa Colectiva n.º. 500 400 997

Relatório de Gestão e Contas Consolidados

Exercício de 2002

Relatório do Conselho de Administração

Senhores Accionistas,

Cumprindo as exigências estatutárias, e as exigências legais constantes do Código das Sociedades Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários e legislação complementar, correspondendo também às Recomendações da Comissão de Valores Mobiliários relativas ao governo das sociedades cotadas, vem este Conselho de Administração apresentar às autoridades, aos accionistas, ao mercado de capitais e ao público, o Relatório de Gestão, o Balanço e Contas e a Demonstração de Resultados Consolidados, relativos ao ano de 2002.

I. Enquadramento Macroeconómico

1. Conjuntura internacional

A economia mundial encetou o ano de 2002 em recuperação, após a forte desaceleração observada em 2001. A retoma da actividade foi especialmente significativa no primeiro trimestre do ano, com destaque para os Estados Unidos e as economias dos mercados emergentes da Ásia. Contudo, ao longo dos trimestres subsequentes assistiu-se a uma perda de dinamismo, pelo que, no final do ano, subsistiam ainda dúvidas fundadas quanto à sustentabilidade da recuperação económica mundial e ao seu ritmo. As últimas estimativas disponíveis apontam para um crescimento da economia mundial de cerca de 2 ¾ por cento em 2002, após 2 ¼ por cento em 2001.

Apesar da recuperação da actividade económica, assistiu-se a partir do final do primeiro trimestre deste ano a uma deterioração acentuada das condições nos mercados financeiros internacionais. Nos mercados accionistas, os principais índices apresentaram quedas substanciais e os níveis de volatilidade subiram significativamente, reflectindo o aumento dos prémios de risco e a redução dos lucros esperados das empresas cotadas, sobretudo norte-americanas, na sequência da divulgação de irregularidades contabilísticas e, posteriormente, da incerteza crescente quanto à sustentabilidade da recuperação económica em curso. A deterioração progressiva da confiança dos investidores gerou uma preferência por activos de menor risco, que se traduziu num aumento generalizado dos preços no mercado obrigacionista. No que respeita ao mercado cambial, o facto mais relevante prende-se com a depreciação do dólar face às principais moedas, reflectindo a redução dos fluxos de investimento para os Estados Unidos.

Num contexto de pressões inflacionistas moderadas, a turbulência nos mercados financeiros e as dívidas crescentes quanto ao dinamismo da recuperação em curso levaram a que as autoridades monetárias das principais economias avançadas tivessem decidido manter inalteradas as suas taxas de juro oficiais. Assim, a Reserva Federal norte-americana manteve o objectivo para a taxa de juro dos Fed Funds inicialmente em 1,75 por cento, tendo, no entanto, reduzido posteriormente essas taxas de referência para apenas 1,25%. Esta postura mais expansionista da Política Monetária surtiu algum efeito positivo sobre a Procura Agregada nos Estados Unidos. No entanto a não materialização das expectativas iniciais quanto à sustentabilidade da recuperação económica, conjuntamente com a manutenção de importantes elementos de incerteza de natureza eminentemente política, condicionaram as decisões de investimento das empresas e a confiança dos consumidores. Estes dois aspectos, de par com a continuação do comportamento pouco favorável da economia japonesa e o arrefecimento das economias europeias, condicionou as perspectivas de venda das empresas norte-americanas, conduzindo à manutenção da tendência decrescente da produção industrial. O desemprego aumentou e o índice de confiança dos investidores também registou quebras significativas ao longo do ano.

A nível europeu embora os Estados membros da União tenham mostrado diferenças de crescimento relevantes, registaram-se sinais de queda na actividade industrial e da actividade em geral. Algumas das principais economias europeias, revelaram igualmente uma degradação das suas posições orçamentais (derrapagem dos défices das respectivas administrações públicas) o que condicionou a possibilidade de utilização de instrumentos de natureza fiscal e orçamental para inverter a tendência de arrefecimento económico significativo. Ainda que mais tardiamente que nos Estados Unidos, o Banco Central Europeu veio a adoptar uma postura crescentemente expansionista da política monetária, tendo as taxas de juro de referência atingido 2,75%. Por sua vez, a inflação registou um comportamento descendente ao longo do ano, embora ainda ligeiramente acima do valor de referência de 2%.

Para o conjunto do ano de 2002, os valores (provisórios) disponíveis apontam para um baixo crescimento real da zona euro, com particular destaque para a Alemanha que terá registado uma taxa de crescimento real entre 0 e 0,5%.

2. Conjuntura nacional

O desempenho da economia portuguesa em 2002 reflectiu, nomeadamente, o carácter desfavorável do seu enquadramento externo. Para além da redução do ritmo de crescimento da economia, em linha com o já acontecido em anos anteriores, assistiu-se igualmente à continuação da alteração do padrão de crescimento económico, tendo-se registado um contributo negativo da procura interna para o crescimento, o que já não acontecia desde 1993 de par com um aumento, ainda que pouco expressivo, do contributo da procura externa líquida com a conseqüente e positiva

redução das necessidades de financiamento da economia portuguesa face ao estrangeiro.

O consumo privado verificou um crescimento real marginalmente positivo, reflectindo a desaceleração do rendimento disponível, as restrições financeiras resultantes dos elevados níveis de endividamento das famílias, a percepção do aumento rápido da taxa de desemprego e a degradação progressiva dos níveis de confiança. Também o Investimento Privado registou uma evolução pouco animadora, reflectindo a degradação das expectativas dos empresários e a percepção de um cenário internacional progressivamente mais desfavorável. Por outro lado, registou-se uma queda em termos reais das importações, o que já não acontecia desde 1993, possibilitando o contributo não negativo da procura externa para o crescimento real. Esta evolução das importações reflecte o comportamento das componentes com maior conteúdo importado, nomeadamente as despesas em bens de consumo duradouro e o investimento em equipamento, que registaram reduções muito significativas em termos reais.

A forte deterioração do défice orçamental em 2001, para níveis significativamente superiores ao limite de 3% do PIB imposto pelo Tratado da União Europeia e pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento, levaram o Governo a adoptar medidas extraordinárias de controlo rigoroso da Despesa Pública e de aumento das Receitas por via do aumento de taxas de imposto (IVA) e pela realização de um conjunto de operações extraordinárias de muito expressiva dimensão. Do lado da Despesa, a política de contenção seguida conduziu a que tanto o consumo como o investimento das administrações públicas registassem uma desaceleração expressiva face ao elevado crescimento observado nos anos anteriores, sobretudo após 1997. O défice global verificado em 2002 não deverá ter excedido 2,6% do Produto.

A evolução das importações e exportações, de par com a súbita contracção do crédito às famílias e empresas terão conduzido a uma redução do défice conjunto das balanças corrente e de capital de um valor de 8,4 por cento do PIB em 2001 para entre 5 e 6,5%.

Em 2002, a taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), deverá registar um valor no intervalo de 3,5 a 3,7 por cento, o que constitui uma redução em relação ao valor de 4,4 por cento, observado em 2001, a despeito dos efeitos negativos da conversão dos escudos por euros e do aumento do IVA em 2 p.p..

Função da retracção do crescimento dos componentes internos da Procura Agregada e da quebra geral de actividade e expectativas, o crescimento deverá ter-se situado perto do limiar de estagnação, acompanhado por um aumento significativo da taxa de desemprego, que no final do ano atingia 6,2%.

3. Conjuntura no sector de tecnologias de informação e dos semicondutores

O mercado europeu das Tecnologias da Informação e Comunicações, apesar da conjuntura de crise económica mundial, sofreu um ligeiro crescimento (1,1% na Europa segundo a EITO – European Information Technology Observatory e 3,7% a nível mundial de acordo com os dados da IDC- International Data Corporation).

Estes condicionalismos externos têm uma expressão significativa se considerarmos que as perspectivas do mercado anteriores apontavam para um crescimento do sector nunca inferior a 9%.

A evolução internacional verificada foi possível pelo incremento em Software e Serviços relacionados com as tecnologias de software e serviços de comunicações (auditoria, networking, serviços Web, CRM, soluções de segurança, gestão de conteúdos e bases de informação) que conseguiram compensar a forte quebra nos investimentos clássicos em hardware e outros equipamentos.

O Grupo Reditus soube acompanhar a evolução estratégica adequando a sua estrutura organizacional e a multidisciplinaridade dos seus recursos às necessidades específicas das Empresas que, num período de recessão, recorrem a serviços que provoquem mais valias imediatas e reduzam os seus custos directos com especial incidência nos custos com pessoal.

A par da generalizada crise no sector das telecomunicações, a produção de semicondutores e outros componentes micro-electrónicos sofreu uma diminuição que tem sido qualificada como a mais grave dos últimos decénios; ao mesmo tempo, foram congelados diversos programas de investimento em novas tecnologias de fabrico, com óbvio impacto a nível de investimentos em novas linha de produção.

Deve também ser referido que o longo período de indefinição política em França, país onde ocorrem as principais vendas do Grupo no exterior, contribuiu em larga medida para uma falta de clareza na política industrial do país. A despeito da atitude pró-empresarial do novo governo, é ainda de referir o facto de que grandes grupos – Alcatel, Thales, Gemplus, etc. – se viram forçados a encerrar diversas unidades de produção e ainda à deslocalização para países de mais baixos custo.

II. Actividade do Grupo Reditus em 2002

1. Os objectivos e as estratégias

Reportando-nos aos objectivos enunciados no Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2001, revistos no exercício seguinte em função da situação de desaceleração acentuada do crescimento económico que se foi agravando ao longo do ano, quer em Portugal, quer em França, importa sublinhar, por referência ainda à

estratégia anteriormente enunciada pelo Conselho de Administração que, durante o exercício de 2002, apesar das condições desfavoráveis que se verificaram, com especial relevância, no sector em que a Caleo, S.A. desenvolve a sua actividade, se agiu de modo a assegurar:

- A manutenção do nível de actividade da nossa participada InterReditus nas áreas oportunamente escolhidas durante o exercício de 2001, e que se reforçaram em 2002, de modo a permitir o mesmo volume global de proveitos sem sacrifício de margens;*
- A não alteração do montante dos capitais circulantes dessa mesma participada indispensável para permitir a sustentação, em termos satisfatórios, do seu nível de actividade com adequada rentabilidade, na linha, aliás, do que já acontecera em 2000 e 2001;*
- O reforço de capitais próprios da empresa por conversão de créditos detidos pela Reditus SGPS;*
- a redução de despesas nessa mesma participada, sem sacrifício da prestação eficiente de serviços, reforçando a competitividade e melhorando a produtividade num mercado em que foram e são conhecidas e patentes as dificuldades decorrentes da crise económica que se agravou neste exercício;*
- a revisão, no âmbito de actividade da participada J. M. Consultores, S.A., da aposta na área de negócios escolhida em 2001, que havia permitido, durante esse exercício, um aumento de vendas de 61.9%, e um aumento de resultados de 104.7%, por razões que se prenderam com a manifesta e brusca desaceleração de vendas da área de design com a quebra de rentabilidade decorrente da situação conjuntural do mercado neste específico sector;*
- a redução de custos na nossa participada Caleo, determinada fundamentalmente pela necessidade de, sem perda de capacidade de vendas, adaptar a actividade dessa sociedade ao acentuar da crise vivida em França e na Europa no sector de semi-condutores com especial relevância na área de venda de equipamentos;*
- a compensação, ainda que apenas parcial, nessa mesma participada, da diminuição de venda de equipamentos e da função de engenharia aí associadas pelo aumento efectivo da prestação de serviços, área em que se melhoraram satisfatoriamente as margens;*
- a suspensão, até à melhoria da actividade económica em Portugal e na Europa e a uma mais adequada clarificação que daí, com certeza, emergirá, das acções tendentes a instituir, em áreas complementares das áreas de negócio da InterReditus e da Caleo, do estabelecimento de parcerias com terceiras entidades;*
- a não alteração, neste meio tempo, da detenção de dólares americanos ou valores expressos em dólares norte-americanos justificada pela intenção de concretização no futuro das desejáveis e necessárias parcerias;*
- a decisão de alienar, em termos satisfatórios face à situação económica, financeira e patrimonial dessa sociedade, a posição accionista na Repart, sociedade em que a Reditus, SGPS, S.A. detinha apenas uma participação accionista inferior a 20% do respectivo capital, no quadro da solução*

encontrada com entidade interessada na tomada do controlo accionista dessa sociedade;

- *A obtenção de um acordo com a Companhia IBM Portuguesa para pôr termo às pendências judiciais que, desde há vários anos, envolviam a Reditus, Soluções Informáticas, S.A, como autora e requerida. Assim, retirado o nunca acolhido pedido de declaração de falência que em 1996 foi dirigido contra essa nossa participada, a circunstância de a sua actividade ter, entretanto, ficado praticamente neutralizada determinou a aceitação de proposta de alienação de parcela expressiva do seu capital social. Daí que o seu afastamento do perímetro de consolidação do grupo, que até aqui foi ditado por razão legal de índole conjuntural, seja agora definitivo.*
- *A negociação com o Banco Comercial Português de novos termos e condições para as responsabilidades consolidadas e reestruturadas com o Banco Mello, em 1996, Instituição de Crédito entretanto adquirida pelo BCP, dentro das linhas enformadoras da primitiva solução, articuladas, no entanto, com a experiência que permitiu regularizar antecipadamente e com recíprocas vantagens todos os créditos de que este Banco era directo titular em 1996, e, ainda, com o interesse da Reditus de recorrer a crédito de longo prazo para proceder ao pagamento antecipado de responsabilidades fiscais nos termos a seguir descritos;*
- *Finalmente, e porque definido pelo Governo o regime especial de regularização de dívidas fiscais com perdão de juros, a criação de condições que permitiram, por recurso justificado e favorável a crédito, proceder ao pagamento integral das responsabilidades fiscais consolidadas e reestruturadas em 1997, ao abrigo da chamada Lei Mateus.*

Importa destacar, mais uma vez, que os objectivos estratégicos anteriormente definidos em 2000, 2001 e 2002 mantêm plena validade, importando aguardar apenas que uma conjuntura económica mais favorável em termos nacionais e internacionais contribua para a criação de condições que permita a sua progressiva, consistente e eficaz concretização.

Neste domínio e decorrente da aquisição do controlo da Caleo, referimos que foi renegociada a opção de compra do capital remanescente oportunamente contratada.

Todavia, importará também deixar destacado que o ano de 2003 se apresenta como um ano de manifesta dificuldade nos sectores de actividade em que as nossas participadas operacionais actuam e que, a conjuntura económica em Portugal e na Europa, e como atrás logo de entrada se referiu nos Estados Unidos apontam para uma diminuição de crescimento, se não mesmo em Portugal para uma situação de recessão.

Assim e a esta luz, a preocupação essencial do Conselho de Administração será a de procurar manter ou aumentar vendas, sem todavia sacrificar margens, agindo, continuando a agir no sentido de diminuir custos, embora se deva assinalar que, neste domínio, já quase tudo foi feito durante o exercício de 2002.

2. Actividade desenvolvida pelas empresas operacionais no mercado nacional e europeu

Os principais indicadores da actividade operacional no decorrer do exercício em apreciação, foram os seguintes:

- *Acréscimo de prestação de serviços na InterReditus e na Caleo, no montante respectivamente de 10.198 mil € (+8.5%) e 738 mil € (+21.8%);*
- *Diminuição do volume de vendas de hardware;*
- *Cash flow operacional consolidado positivo no valor de 736 mil €, sendo o da InterReditus de 1.989 mil €.*

A) InterReditus

A evolução da actividade da InterReditus no decorrer do ano de 2002, embora reflectindo a situação de adversidade que a economia em geral e os Sectores das TI em particular apresentaram, a nível nacional ou internacional, pode considerar-se genericamente positiva.

Em consequência e numa perspectiva financeira imediata o volume das Vendas de Hardware e Software sofreu um decréscimo – embora bastante inferior à generalidade das Empresas do Sector nomeadamente as congéneres cotadas na Bolsa Portuguesa. No entanto, foi possível, através de uma estratégia de racionalização de recursos e reorganização interna adequada às evoluções do meio envolvente, obter resultados operacionais significativamente positivos.

A adequada aposta nos Sectores da Prestação de Serviços e da Integração de Sistemas, áreas tecnológicas que auxiliam as Empresas a reduzir custos operacionais num ambiente económico adverso, permitiu compensar o impacto negativo sofrido nas vendas de hardware.

Do ponto de vista estrutural a InterReditus consolidou um conjunto de processos de mudança organizacional tendo em vista o desenvolvimento e consolidação da cooperação e inter valoração dos diferentes sectores operacionais de actividade. Com esta iniciativa foi possível ampliar a prestação de Serviços integrados na base instalada de Clientes – maioritariamente banca, seguros e serviços - e, por efeito sinérgico, alargar a penetração em outros sectores do Mercado como a distribuição e a industria.

Complementarmente foram racionalizados os diferentes níveis de custos nomeadamente dos recursos humanos afectos à actividade operacional sem que se tenha sentido repercussões na qualidade da prestação dos serviços nos Clientes, como é permanentemente aferido pelo observatório de controlo de qualidade aplicado em todas as intervenções.

Foi possível renegociar contratos plurianuais com os principais Clientes, apostando na geração de condições particulares de parceria, renovando e fortalecendo os laços já existentes.

Esta evolução permitiu o reconhecimento das nossas capacidades possibilitando a oferta de serviços de Help-Desk para França e manutenção de Consultoria de Processos de Rollout na Polónia.

O mercado do Norte foi submetido a um profundo reforço operacional e de gestão organizativa. Esta aposta permitiu não só uma melhor coordenação operacional, como alargar geograficamente a presença local da InterReditus e avançar de forma mais sustentada com ofertas globais de Integração de Sistemas adequadas às características específicas das estruturas empresariais.

Em termos de resultados, a InterReditus atingiu 1.174.453€ de vendas de equipamentos e 10.198.718€ de prestação de serviços, obtendo um resultado operacional positivo de 1.504.778 €.

A contribuição de cada uma das áreas operacionais foi a seguinte:

	<u>2001</u>	<u>2002</u>
Business Process Outsourcing	25,0 %	34,8 %
HelpDesk	22,4 %	28,4 %
Manutenção e Integração de Sistemas /Networking	40,8 %	30,9 %
Desenvolvimento de Software/Recursos Especializados	7,8 %	14,7 %

Verifica-se assim a consolidação do negócio nos sectores tecnológicos de maior evolução previsional e também de maior valor acrescentado, suportadas nas infra-estruturas tecnológicas e de recursos técnicos.

Evolução por área de actividade

A área de **HelpDesk** foi uma das que em 2002 sofreu maior evolução organizacional e operacional, tendo em vista responder às apostas do sector (segundo o analista Datamonitor o mercado de CallCenter na Europa continuará a crescer até 2007 a uma taxa média de 7,1% muito superior a qualquer outro sector).

O novo contrato com a Companhia de Seguros Tranquilidade, a evolução dos serviços com o principal Cliente – Grupo BCP, a adjudicação dos contratos com a Companhia de Seguros Império Bonança e com a Medis, aportaram novas responsabilidades a esta estrutura que sofreu uma profunda evolução tecnológica para responder a esses novos desafios.

A principal aposta foi no entanto na formação adequada dos operadores visando um serviço de alta qualidade aos clientes, aferidos por níveis de serviço e sistemas de controlo de qualidade rigorosos e suportados nas mais modernas técnicas.

Na **Manutenção e Integração de Sistemas** que actua no âmbito da prestação de serviços de informática clássica foram introduzidos novos sectores de actividades, geradores de capacidades acrescentadas de serviços: **Manutenção de Software e Hardware**; mudanças e reconfiguração de plataformas informáticas; migração de plataformas, servidores e workstation; gestão de armazéns informáticos; suporte 24 horas, 7 dias por semana; Contratos “Valor +” à medida das necessidades do cliente. Com a reformulação da estrutura técnica operacional e a aposta na sua formação e reciclagem, foi possível criar uma cobertura dos técnicos a todo o território nacional. Em 2002, a InterReditus passou a ser Cisco Premier Partner com a especialização de Wireless e aumentou consideravelmente o número de técnicos certificados Cisco, Microsoft e Compaq. Os **Recursos Especializados** foram criados em 2002 com o objectivo de se autonomizar na altura da Direcção Sistemas de Informação que manteve a sua actividade tradicional de desenvolvimento de sistemas de Software à medida com especial incidência nas novas tecnologias Web, concentrando a sua actividade na oferta de recrutamento, selecção, e colocação de recursos técnicos especializados. Foi constituída uma equipa multidisciplinar com objectivos claros de intervenção: assegurar a continuidade da colocação dos recursos e fidelizar os clientes através de acompanhamento, formação e gestão da carreira dos recursos nele colocados. Em paralelo, do ponto de vista comercial, apostou-se na diversificação do portfolio de clientes, concentrando em áreas de mercado onde a InterReditus não tinha experiência prévia, nomeadamente nas áreas da distribuição e telecomunicações.

O sector de **Networking e Segurança**, vocacionado para a integração de sistemas, redes e segurança foi, no ano de 2002, caracterizado por uma conjuntura liderada pelo alongamento do tempo de decisão relativamente às propostas. No segmento Telcos e ISPs assistiu-se mesmo ao desinvestimento e à saída de mercado de algumas Empresas com significado, em linha com a situação internacional. Na Administração Pública a contenção do deficit do orçamento de Estado, foi também um factor fortemente limitativo dos investimentos públicos em TIs.

Para atenuar os efeitos da situação negativa do ano de 2002, a InterReditus procurou reforçar a sua acção comercial, aumentando o número de contactos e propostas entregues, e diversificando os Clientes e segmentos de mercado onde actua. Reforçou-se ainda numa forma muito expressiva o “portfolio” de produtos e serviços, estabelecendo-se novas parcerias com fabricantes, e com empresas que complementam a oferta da InterReditus.

Neste sentido, salienta-se o reforço da parceria com a Cisco Systems onde a InterReditus passou a ser a primeira empresa a certificar-se para a instalação da Contact Centers IP, daquele fabricante. Por esta via a InterReditus apresenta agora uma posição única no mercado português, cobrindo toda a gama de oferta, desde os serviços de atendimento a Clientes, Help-Desk (inbound) ao Call Center (outbound), à colocação de recursos humanos especializados nesta área, e ao desenho, instalação e manutenção de arquitecturas de Contact Center de convergência IP.

*Na área de **Business Process Outsourcing** que se ocupa da execução operacional de processos administrativos tradicionais designadamente na gestão do correio, digitalização, gestão e continuidade de processos, preenchimento de informações complementares em impressos e registo de dados, o menor índice tecnológico da actividades tem que ser compensado por regras estritas de gestão com capacidade de supervisionar um negócio de actividade humana de operação sequencial e repetitiva, mas que é muito relevante no suporte ao negócio do Cliente.*

Em 2002, foi reestruturada toda a operação de forma a maximizar a acção e interoperabilidade dos recursos, as capacidades de mudanças de tarefas e a reestruturação das equipas operacionais gerando uma maior eficácia e qualidade nos processos com incremento do grau de confiança dos Clientes na fiabilidade desses processos. Manteve-se a mais avançada metodologia de operação de work-flow que permite para além de bons níveis de produtividade um reduzidíssimo risco de anomalia.

Estes factores permitiram a consolidação das actividades da área nos clientes tradicionais e abertura a novos mercados entretanto motivados pela redução de custos e aumento de eficiência que as operações de outsourcing proporcionam.

Para 2003 não se nos afigura razoável pensar numa estratégia de crescimento acentuado. No entanto considera-se que as reestruturações efectuadas e a política rígida de redução de custos e racionalização das estruturas e recursos, aliadas às apostas em serviços diferenciados, que acrescentam valor aos nossos clientes sem necessidade de investimentos significativos, podem fazer a “diferença” nos nossos resultados.

A conjuntura implica que mesmo os sectores tradicionalmente mais empregadores e com uma forte carga administrativa prossigam uma política de economias de escala, reduzindo os seus custos operacionais e apostando cada vez mais no outsourcing de tecnologias e serviços não directamente relacionados com o seu core-business. É neste sector de mercado que a InterReditus se tem vindo a posicionar, atingindo a notoriedade suficiente para se tornar um parceiro credível e concorrente para esses objectivos.

*B) O grupo **Caleo**, baseado em Buc (Versalhes-França), compreende 3 sociedades operacionais controladas pela Caleo SA – “holding” que manteve uma actividade comercial residual – e detém uma participação minoritária numa empresa inglesa especializada em prestações de serviços para o sector da micro-electrónica com o emprego de “lasers”.*

A actividade global da Caleo continuou a sofrer de um abrandamento notável que se tinha iniciado no segundo semestre do ano anterior, nomeadamente a partir do “11 de Setembro”.

A ligeira retoma que se verificou em finais do 1º trimestre não teve, infelizmente, continuidade a nível de investimento dos Clientes, se bem que se tenha vindo a verificar um crescimento, ainda que limitado, dos volumes de produção nos nossos clientes.

Todos estes factores tiveram um impacto muito relevante na actividade da Caleo, que sofreu uma diminuição de 58% nos seus proveitos líquidos consolidados. Foi-nos no entanto possível, graças a uma política de contenção de custos e de aumento da prestação de serviços, apresentar resultados que, embora muito aquém do desejado, são facilmente comportáveis em face das nossas reservas e situação líquida positivas.

Evolução por área de actividade

a) A actividade do Grupo é centrada na integração de soluções para montagem (“back-end”) de semicondutores e outros componentes microelectrónicos, nomeadamente através do desenvolvimento e optimização de processos, do projecto e fabrico de sistemas e da comercialização “chave na mão” de equipamentos personalizados, assim como na prestação de serviços de formação e treino, de instalação, de assistência técnica e de manutenção, e ainda no fornecimento de peças sobressalentes e de materiais de consumo.

Os principais mercados incluem os maiores fabricantes de semicondutores e outros componentes microelétronicos, nomeadamente usados em equipamentos militares e aeroespaciais, na electrónica automóvel, em telecomunicações, na optoelectrónica e em “cartões inteligentes”, cobrindo uma área geográfica que inclui a Suíça francófona, a Bélgica, a França, a Espanha, Portugal e Marrocos.

A nossa actividade é desenvolvida com o apoio de contratos de colaboração exclusiva, plurianuais, alguns dos quais em vigor há mais de 25 anos, com parceiros estratégicos situados em todo o mundo tais como a Kulicke & Soffa Ind. Inc, a Datacon AG, a Dr. Tresky AG, a Royce Instruments Inc., a ePAK Ltd., a Aurel spa, cada um deles “leaders” na sua área de actividade.

É ainda de notar uma importante oferta de muitos equipamentos de “2a. mão” no mercado, em sequência de várias falências e encerramento de fábricas; alguns destes equipamentos foram por nós instalados originalmente há menos de 2 anos, e em vários casos têm levado à perda de encomendas previstas nas estimativas elaboradas no início do ano; continuamos empenhados em tentar influenciar esse mercado “paralelo”, intervindo sempre que possível na actualização técnica, manutenção, adaptação e instalação dos sistemas, para além da formação de operadores e assistência operacional, recuperando assim sob a forma de “prestação de serviços” parte importante da margem perdida pela não venda de novos equipamentos.

Finalmente, depois de uma cooperação que durou mais de 25 anos e em sequência do já enunciado no relatório de 2001, a nossa colaboração com a sociedade americana SCHOTT (componentes para fibras ópticas) foi terminada, de comum acordo, a 30 de

Setembro de 2002, passando esta a comercializar os produtos directamente em França. Assim, esta actividade comercial residual da Caleo SA deixa de existir, tendo representado proveitos de € 86.370 em 2002 (€ 115.906 em 2001), com uma margem líquida de € 59.619 (€ 88.465 em 2001).

b) A performance efectiva da Caleo em 2002 pode ser descrita pelos seguintes números:

Proveitos consolidados de € 3.856.647, que conduziram a um Resultado Consolidado negativo de € 320.002.

	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>Varição</u>
Equipamentos e Materiais:	3.117.832	8.658.168	-63,99 %
Margem Líquida:	1.029.416 (33,0 %)	2.569.946 (29,7 %)	-59,94 %
Serviços:	738.815	606.465	+21,82 %
Total Proveitos:	3.856.647	9.264.633	-58,37 %

É de notar um aumento relevante (+ 21,82 %) no sector "prestação de serviços" em relação a 2001, que resulta de um grande esforço no sentido de promover a venda de formações técnicas, assistência, etc.; assim parecem confirmados os pressupostos que presidiram à decisão estratégica de não fazer despedimentos de pessoal altamente especializado e cuja formação requer um investimento de aproximadamente 12 meses, em França e nas fábricas dos nossos parceiros estratégicos, o que nos tem permitido continuar a assegurar – e mesmo aumentar significativamente – as prestações de serviços aos níveis que nos têm merecido uma clara posição de liderança nos nossos mercados.

c) As previsões para o ano de 2003 incluem um aumento significativo de proveitos dos quais cerca de 12% no sector da Prestação de Serviços esperando, assim, ser possível obter novamente um resultado operacional positivo.

Estas previsões têm como pressuposto que a actividade económica em França continua a recuperar e que as empresas do sector aumentem os seus níveis de investimento, após um ano 2002 de drásticas reduções.

As projecções estão em linha com a tendência positiva revelada no final de 2002, sendo que a carteira de encomendas a 1 de Janeiro de 2003 ultrapassava em mais de 50% o valor verificado no início de 2002.

Cabe ainda referir que, fruto de esforços que têm vindo a ser realizados desde há um ano na perspectiva do alargamento das nossas actividades ao “front-end” (fabrico de wafers), foi estabelecido um primeiro acordo estratégico com o líder europeu no sector de equipamentos para manuseamento IDE (Alemanha) estando já em curso

várias negociações para integração destes sistemas nas linhas de fabrico dos principais produtores locais.

Finalmente uma referência ao projecto de “etiquetas inteligentes” para o qual foi definida a base tecnológica de fabrico do produto e os planos para a sua comercialização, que se prevê venham a ser desenvolvidos a partir do primeiro trimestre de 2003, devendo ter implicações positivas nas actividades do Grupo por admitir o fornecimento de equipamentos e serviços.

C) A actividade da **BCCM** desenrolou-se, durante todo o ano de 2002, num contexto desfavorável, marcado pela referida evolução negativa dos principais indicadores económicos. Refira-se a este propósito a clara diminuição quer do investimento público directo quer dos apoios prestados pelo Estado ao investimento pelas empresas, o que afectou de forma marcante o investimento no sector do transporte público de passageiros, um dos principais mercados em que a **BCCM** desenvolve a sua actividade.

Neste contexto negativo, foi realizado um esforço de reestruturação da empresa, nomeadamente dotando-a de processos de organização interna mais eficazes e de uma capacidade comercial própria.

Do ponto de vista operacional aproximou-se a conclusão dos dois principais projectos em que a empresa está envolvida (Rodoviária de Lisboa e SMTUC- Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra), tendo sido iniciada uma nova fase na relação com a Securitas com a assinatura de um contrato de manutenção.

Foi ainda desenvolvida uma nova solução de gestão de frotas, com base no sistema implementado na Securitas, utilizando como suporte de comunicação para além das tecnologias rádio com os quais a empresa já trabalhava, a tecnologia GSM. Trata-se de um marco muito importante para a actividade futura da empresa, uma vez que irá permitir abordar um mercado mais vasto e do qual se tinha visto arredada.

A nova solução de gestão de frotas começou já a ser apresentada a potenciais clientes, tendo sido acordado o primeiro fornecimento, com a Cruz Vermelha Portuguesa, através do seu núcleo de Faro.

Destacamos os principais factos ocorridos durante o ano de 2002 e que tiveram uma influência relevante na actividade da **BCCM**:

- A alienação da Repart, empresa até então controlada por accionistas da **BCCM**, ao accionista único da Radiomóvel, empresa concorrente daquela. A Repart é a principal cliente da **BCCM** e distribuidora exclusiva do Sistema de Apoio à Exploração desenvolvido por esta. Esta alienação veio trazer à **BCCM** a necessidade de autonomizar a sua actividade comercial, permitindo considerar o alargamento significativo da actividade.

- *Como consequência do processo de alienação referido verificou-se a transferência para a BCCM do contrato de fornecimento de um Sistema de Apoio à Exploração celebrado entre a Repart e a Rodoviária de Lisboa.*
- *Verificou-se também a assinatura de um acordo com a Repart prevendo a transferência para a BCCM do contrato de fornecimento de um Sistema de Apoio à Exploração aos SMTUC logo que verificadas algumas condições.*
- *Foi assinado um contrato de manutenção com a Securitas, no seguimento do fornecimento pela BCCM à Repart (e por esta à Securitas) de um Sistema de Gestão de Frotas.*

As perspectivas para o ano de 2003 continuam marcadas pelo contexto económico negativo. Assim, será continuado o esforço de reorganização e saneamento da empresa, permitindo-lhe ser cada vez mais eficaz e responder de forma mais positiva às solicitações dos mercados em que actua.

Neste sentido deverá ser redobrado o esforço de comercialização das soluções já desenvolvidas. No sector do Transporte Público de Passageiros deverão ser concluídos os principais projectos da empresa, permitindo a assinatura de contratos de manutenção e assistência com estas entidades e libertando a empresa para fornecer as soluções já implementadas a outras empresas do mesmo ramo.

Para tal será necessário adaptar as soluções já existentes a novos suportes de comunicação (GSM/GPRS e CDMA, nova tecnologia detida pela Radiomóvel cujo lançamento em Portugal está previsto para meados do ano). Esta adaptação irá permitir à BCCM alargar o portfolio da sua oferta e responder de forma mais diversificada às solicitações do mercado. Esta flexibilidade acrescida parece-nos vital no contexto de dificuldades económicas que o país atravessa.

Por outro lado, e respondendo às dificuldades que o sector de Transporte Público de Passageiros atravessa será necessário à BCCM alargar o âmbito da sua actividade na outra área em que está presente. Para tal será necessário desenvolver o esforço comercial na área dos Sistemas de Gestão de Frotas, quer desenvolvendo as vendas a retalho de soluções standard, à semelhança do já verificado com a Cruz Vermelha Portuguesa, quer desenvolvendo soluções específicas para entidades de maior dimensão, a exemplo do que se verificou com a Securitas.

Por último uma referência para a importância crescente que as actividades de manutenção e assistência técnica deverão tomar, permitindo à BCCM capitalizar as relações com a sua base de clientes.

D) JM Consultores

Durante o exercício de 2002 , verificamos durante o 1º semestre um crescimento no volume de vendas em relação ao ano anterior, com ligeiro excesso em relação ao orçamento anual. No entanto, no 2º semestre deparamos com uma forte quebra da actividade da área Terra Design, razão pela qual o volume de vendas total de 2.492.273 €, foi praticamente igual ao ano anterior, mas muito inferior ao orçamentado. Em consequência, e não obstante uma forte redução de custos, o exercício fechou com um prejuízo de 487.514 €.

Relativamente à área de design e em alternativa a se fechar esta área, com incalculável perda representada pelo seu alto valor intangível, foi deliberado destacá-la para uma empresa autónoma na qual os principais responsáveis deterão a maioria do capital, prossequindo assim a exploração da marca. O Grupo deterá na nova estrutura societária uma posição accionista de 10%.

Em termos patrimoniais esse destaque traduziu-se numa melhoria da situação líquida da empresa de 136 mil €.

Na area de Outsourcing de finalização e personalização de documentos, graças à entrada de novos clientes ocorreu um volume de vendas superior em 15 % ao do ano anterior, e igual ao orçamento previsto para o ano.

A performance desta área foi de assinalar na medida em que o volume de vendas do ano de 2001 foi fortemente influenciado por um grande acréscimo de trabalho nos último dois meses devido ao início da utilização de cheques em Euros.

A JM iniciou o ano com as novas instalações completamente prontas com um investimento muito significativo que permitiu responder e ficar devidamente enquadrada nos mais exigentes critérios de segurança, condições de trabalho e qualidade, impares neste sector.

Para a área de outsourcing, já que a área de tradução e localização se mantém com o mesmo nível reduzido de actividade, está prevista uma evolução para um volume de vendas, em 2003, superior ao obtido em 2002, não só como consequência do crescimento orgânico dos nossos clientes mas, também, da continuação do ganho de quota de mercado. Em consequência esperamos a retoma dos resultados positivos em 2003.

3. Internacionalização

Pensamos que é muito relevante que a Reditus desenvolva as suas actividades de forma harmónica e à sua escala no novo mercado interno europeu. São por isso muito relevantes as plataformas directas – caso da Caleo em França e da Reditus Consulting em Espanha – e indirectas – caso da ComputerLand na Polónia - que

estão a operar e garantirão no futuro o cumprimento dos objectivos acima enunciados.

Salientamos a este propósito que continuaremos muito activos na celebração de parcerias internacionais e registamos que, em 2002, 21.5% do volume total de proveitos do Grupo foi obtido fora de Portugal.

III. Evolução da Situação Financeira

1. Análise

A situação patrimonial e os resultados da empresa em 2002 reflectem uma semelhança global com a de 31 de Dezembro de 2001, embora contenha os efeitos de operações e de resultados em associadas que convém apresentar para sua melhor compreensão. Efectivamente a liquidação antecipada do “Plano Mateus”, a renegociação com o BCP sobre os passivos reestruturados em 1996 com o Banco Mello, o reforço dos provisionamentos relativos aos activos em Dólares e às carteiras de títulos, a venda da Repart, a desmobilização de provisões relacionadas com contingências fiscais, os prejuízos verificados nas actividades das participadas Caleo e JM, são os principais factores a ter em conta na análise da situação financeira consolidada das empresas em 31 de Dezembro de 2002, em consonância com o que anteriormente foi explanado neste Relatório.

Conforme se vê no quadro a seguir apresentado a situação patrimonial global apresenta números e rácios que confirmam essa relativa estabilidade, mantendo-se numa situação sólida, ainda como efeito das operações de aumento de capital efectuadas em 2000, as quais provocaram uma ruptura no sentido positivo com o passado.

Há que ter em conta ainda que, no âmbito das citadas negociações com o BCP, o activo e o passivo consolidados têm incluído, proveniente da Reditus Imobiliária, um valor igual da ordem dos 2,4 milhões de Euros correspondente à aquisição em leasing de longo prazo de um imóvel corpóreo. Em consequência o quadro seguinte apresenta uma última coluna em que os valores e os rácios reflectem a exclusão desse movimento contabilístico.

	31.12.00 (a)	31.12.01	31.12.02	corrig.
Total do Activo (ATL)	56 052	61 976	58016	55616
Total do Capital Próprio (CP)	38 443	33 435	27972	27972
Total Passivo (P)	17 623	27 160	29130	26730
Capitais Permanentes (Cper)	48 903	46 585	39882	39882
Autonomia Financeira (CP/ATL)	69%	54%	48%	50%
Solvabilidade (CP/P)	218%	123%	96%	105%
Cper/ATL	87%	75%	69%	72%
Endividamento (P/ATL)	31%	44%	50%	48%

(a) Os valores referentes a 31.12.2000 reflectem os efeitos do aumento de capital ocorrido durante esse exercício, com efeito evidente no excesso de solvabilidade.

Convêm notar que uma boa parte dos efeitos em análise já se encontravam reflectidos nas contas apresentadas em 30.06.2002, designadamente no que se refere às rubricas "Capital Próprio" e "Resultados Líquidos".

Resumidamente, os efeitos dos factos acima apontados foram os seguintes, ao nível da análise patrimonial, com reflexo do que foi contabilizado quer no Balanço quer na Conta de Ganhos e Perdas:

- a) O pagamento antecipado do "Plano Mateus" resultou contabilisticamente numa redução do passivo a longo prazo por substituição por passivo de igual maturidade na rubrica "Dívidas para com Instituições de Crédito". Por este facto esta dívida passou a integrar o mesmo regime de retenções de facturação que vigora desde o tempo das reestruturações de 1996, ao abrigo das quais o então BCP recuperou integral e antecipadamente os seus créditos.*
- b) Ainda como efeito do citado pagamento antecipado, o perdão de juros de que o Grupo beneficiou produziu um resultado positivo contabilizado de 710.300 €.*
- c) A revogação pela Administração Fiscal da não aceitação de prejuízos fiscais de 1993 na Reditus Imobiliária, provocou a anulação de provisões constituídas oportunamente para o efeito, de 1.074 mil €.*
- d) A renegociação dos passivos para com o ex-Banco Mello conduziu às situação já acima referidas de aumento de imobilizado corpóreo e ainda ao aumento de créditos que vigorarão sob o citado regime.*
- e) A situação de desvalorizações do Dólar e das aplicações financeiras conduziu a um reforço de provisionamentos de 535.305€.*
- f) A venda da Repart conduziu à contabilização de uma desvalorização de cerca de 40 mil Euros na associada Reditus II e a um abate de cerca de 88 mil Euros na situação líquida da Reditus, SGPS. Como atrás referido, as responsabilidades anteriormente assumidas e não reflectidas nas contas, foram integralmente anuladas.*
- g) A situação da Caleo, atrás referida, conduziu a uma redução de vendas de mercadorias, a um aumento das vendas de serviços, a uma redução no passivo de cerca de 1,5 milhões de Euros em "Fornecedores C/C", e a um prejuízo de 320.003 €.*
- h) A situação da JM, atrás referida, conduziu a um prejuízo de 487.514 €, reduzido em 136 mil Euros pelo efeito do destaque e venda do negócio do Design.*

- i) *Embora tal não se apreenda directamente da análise dos valores e indicadores apresentados nos documentos de contas do Grupo, no campo estritamente económico, verificou-se uma redução global de custos de exploração de cerca de 1 milhão de Euros, quando comparadas as rubricas “ Fornecimentos de Terceiros” e “ Pessoal” , referentes a 2002 com as de 2001.*
- j) *Em consequência do referido anteriormente, contabilizou-se no exercício um volume de provisões de 583.281€ e um total de amortizações de 1.887.038€ num montante global de 2.470.319€. Algumas das provisões podem vir a ser recuperadas total ou parcialmente em função, designadamente, de uma eventual apreciação do dólar face ao euro e da cotação dos títulos quer nacionais quer estrangeiros que compõem a nossa carteira.*

Sabendo-se que:

- . há razões para prever uma recuperação dos negócios da Caleo.*
- . as medidas tomadas na JM virão a fazê-la recuperar resultados equilibrados.*
- . os diversos efeitos negativos atrás explicados (desde os prejuízos das associadas até aos provisionamentos), foram em parte compensados por efeitos da larga panóplia de medidas com resultados positivos, alguns já inscritos nas contas de 2002,*

a constatação de que não houve deterioração da situação financeira global (conforme quadro apresentado no início deste capítulo), dão ao Grupo uma nota global positiva que poderá ser incrementada nos exercícios seguintes, designadamente quanto à potencialidade da parte recorrente da redução de custos obtida gradualmente ao longo do ano de 2002.

2. A Marca

Em 2002, procedemos relativamente a este tema da mesma forma com que era tratado nos exercícios anteriores e cuja fundamentação transcrevemos no essencial.

Como se deixou oportunamente expresso no relatório referente ao exercício de 1996, ano em que se concretizaram os acordos de reestruturação financeira, obtivemos pareceres sobre a forma como deveria ser contabilizada a nova situação resultante de haver uma empresa que passou a ser responsável pela geração de maior parte dos fundos destinados à liquidação a prazo dos passivos reestruturados. As transferências financeiras daí resultantes representam, para as empresas do Grupo, com responsabilidades pelos passivos, um cash-flow positivo que corresponde na realidade a um activo resultante da real transferência para a InterReditus, que não tem responsabilidade naqueles passivos, do know how, quadros, carteira de clientes, capital inicial e ligações estratégicas. Naturalmente que os contratos entre a Inter

Reditus e as antigas participadas não se aplicaram àquelas que encerraram ou que têm futuro incerto pela pendência de pleitos judiciais que, de qualquer forma, não afectaram a reestruturação operacional e financeira implementada naquela data.

Dos pareceres obtidos resultou um cálculo deste activo, tendo a Administração deliberado contabilizá-lo a um valor mais conservador e distribuí-lo pelas empresas do Grupo em função do respectivo volume de negócios cedido.

O Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo tem apresentado o seu desacordo quanto ao facto de a empresa reconhecer este activo intangível nas contas de 1996 e, a partir de 1997, emitiu opinião com Reservas designadamente quanto à contabilização deste activo incorpóreo. A nosso pedido esclareceu, em 1997, o Revisor Oficial de Contas que a razão de ser da reserva respeitante à marca Reditus se deve ao facto de a contabilização de marcas próprias não estar, em sua opinião, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assim, não se pronunciando sobre o valor mas tendo tido acesso ao relatório que estabelece o valor da marca confirma que o método utilizado para a valorização da marca – o do DCF – seria adequado para a valorização a atribuir a uma marca comprada.

A sociedade procedeu já aos ajustamentos de outras situações que mereciam o desacordo do Revisor Oficial de Contas persistindo apenas, relativamente aos exercícios de 2001 e de 2002, a Reserva da Marca de teor semelhante ao dos exercícios anteriores. Visando ultrapassar esta divergência e, com isso, a existência desta reserva, estimamos que, em próximos exercícios, venham a ser criadas condições que justifiquem a contabilização da depreciação deste activo. A situação em causa prender-se-á, no limite, com a eliminação do activo intangível reconhecido no valor de 28.484.717 euros por contrapartida da Reserva de Reavaliação de igual montante reconhecida como capital próprio.

IV. Mercado de capitais

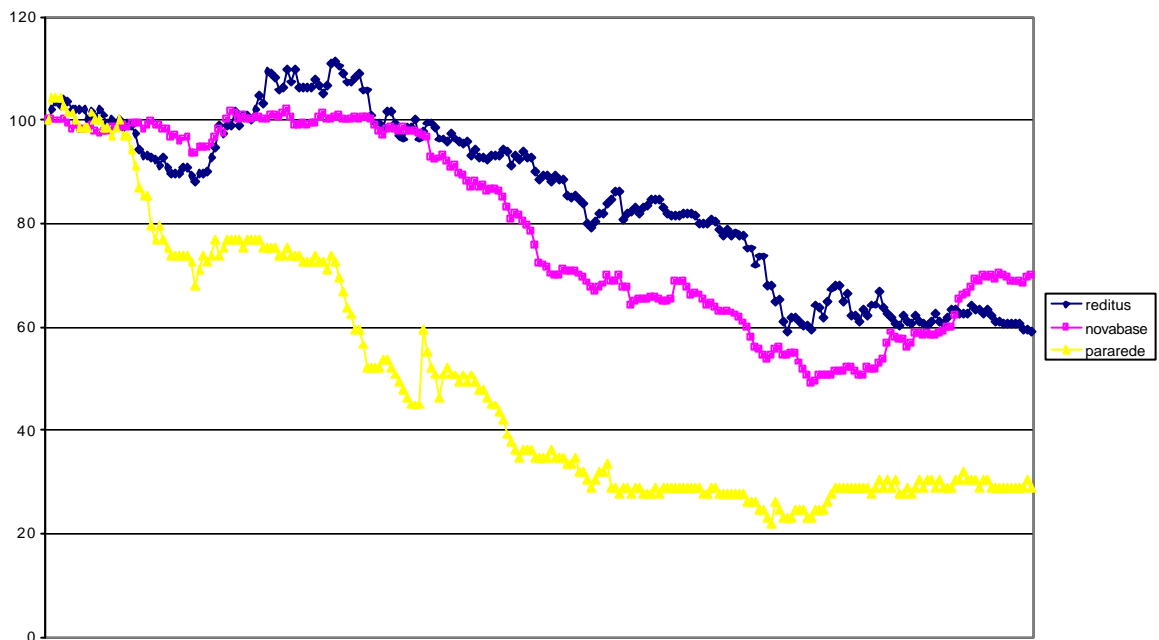
1. Informação sobre o comportamento bolsista das acções da Reditus SGPS

A Reditus SGPS, S.A. sociedade cotada na Bolsa de Valores de Lisboa desde 1987, iniciou o ano 2002 com um capital em trinta e dois milhões e quinhentos mil Euros, representado por seis milhões e quinhentas mil acções de cinco Euros cada uma. A Reditus SGPS, S.A. foi classificada como pertencendo ao sector do software e serviços informáticos (sector 97), subsector dos serviços informáticos (972) de acordo com a classificação sectorial da FTSE. Na praça de Lisboa, encontram-se classificadas no mesmo subsector as sociedades cotadas, Novabase, SA e Pararede, SGPS, SA.

No encerramento da Euronext Lisbon em 31 de Dezembro de 2002, a última cotação do ano foi de 1,14 euros; em consequência, a capitalização bolsista das acções da Reditus era de 7.410.000 euros em 31 de Dezembro de 2002.

As acções da Reditus SGPS foram transaccionadas em 245 das 247 sessões normais da Bolsa de Valores de Lisboa, tendo-se movimentado durante o ano 2002 um total de 2.182.276 acções, num valor total de 3.741.482,00 Euros, o que se traduziu numa média de 8.907 acções desta sociedade transaccionadas diariamente.

O gráfico que de seguida se reproduz apresenta a evolução comparativa das cotações das acções da Reditus SGPS, da Novabase e da Pararede, entre Janeiro de 2002 e Dezembro de 2002.



Por referência a este gráfico, dos factos acima descritos e no mesmo convenientemente indicados devem assinalar-se pela sua relevância na evolução da cotação das acções, os seguintes:

- O mau comportamento das cotações das empresas do sector – no sentido da evolução da generalidade das empresas cotadas – ao longo de 2002, reflectindo o aprofundamento do processo de abrandamento da economia com a consequente degradação das perspectivas de curto prazo dos agentes económicos, assim como a perda de confiança resultante dos escandalos contabilísticos nos Estados Unidos e na Europa;
- O comportamento das cotações da Reditus SGPS correspondeu de forma aproximada ao das cotações da Novabase e foi significativamente melhor que o da outra sociedade classificada no subsector em apreço.

2. Obrigações

Destacamos que durante o exercício, a 4 de Março e a 2 de Setembro de 2002, efectuámos o pagamento dos juros e amortização de capital relativos ao empréstimo obrigacionista Reditus 91 nos termos da ficha técnica aprovada na Assembleia Geral de Obrigacionistas de 1 de Março de 1999 e nos montantes de respectivamente € 39.073,57 e € 105.636,60.

Naquelas mesmas datas procedemos ao pagamento dos juros e amortização de capital relativos ao empréstimo obrigacionista Reditus 93 nos termos da ficha técnica aprovada na Assembleia Geral de Obrigacionistas de 1 de Março de 1999 e nos montantes de respectivamente € 5.723,71 e € 16.919,92.

V. Investigação e Desenvolvimento

No actual ambiente conjuntural económico-financeiro os investimentos em I&D de um Grupo Empresarial essencialmente vocacionado para a Prestação de Serviços, devem ser cuidadosamente planeados e concretizados em projectos de formação, desenvolvimento de produtos e criação de novos processos e soluções que se integrem harmoniosamente com a evolução do próprio mercado e das necessidades objectivas dos Clientes.

Esta estratégia consolida-se pela selecção rigorosa dos sectores em que esses investimentos são aplicados e, primordialmente, por uma constante vocação para a formação e reciclagem tecnológica dos quadros e profissionais nos correctos domínios para o seu conhecimento e controlo.

Nesse sentido foram efectuados pelo Grupo um volume de investimentos na ordem dos 1.120 mil € (1.470 mil € em 2001), cujo valor já foi parcialmente amortizado no exercício.

Para consolidar esta política continuaram a desenvolver-se protocolos e acordos de parceria estratégica com Universidades, Pólos Tecnológicos, Fornecedores e outras entidades com presença predominante no mercado nacional e internacional, o que permitiu ao Grupo ampliar a sua presença em projectos europeus de grande dimensão, nomeadamente na Espanha, França e Polónia.

A nível da cooperação em actividades de Investigação e Desenvolvimento nas Novas Tecnologias, directa ou em cooperação, o Grupo Reditus contribuiu com um núcleo, a tempo total ou parcial, de cerca de 40 técnicos para diversos projectos de carácter nacional.

Neste contexto o Grupo ampliou acordos comerciais com fabricantes de equipamentos, produtos e fornecedores de serviços que suportam ou complementam a nossa actividades, tendo sido nomeados Prestadores de Serviço acrescentado –

Premier – da CISCO SYSTEMS, MICROSOFT Solution Provider, e consolidando a cooperação com outros fornecedores como a HP/COMPAQ, LOTUS, NAI, 3COM , COHERIS nos domínios das Tecnologias da Informação, e de um conjunto alargado de fornecedores nas áreas do fabrico de semicondutores e de componentes de micro electrónica, de que se destacam a KULICKE & SOFFA, DATACON, IDE, ePAK, TRESKY, ROYCE e SEMITEC.

VI. Evolução Previsível

1. Enunciação das linhas de orientação

Para 2003 os índices estatísticos estão dependentes de uma resolução do problema do Iraque e da evolução da luta anti-terrorista, que continua a afectar os mercados mundiais.

A rápida e correcta resolução deste conflito poderá originar índices de evolução positiva, com maior incidência no 2º semestre de 2003, que poderão atingir um crescimento na ordem dos 9% (6% na Europa). Pelo contrário o arrastamento do processo conduzirá à estagnação dos investimentos com repercussões ainda não totalmente quantificadas.

Seja qual for essa tendência, o Grupo Reditus continuará a posicionar-se prioritariamente nos sectores mais evolutivos do mercado – Serviços de Business Process Outsourcing, Networking e Integração de Sistemas, HelpDesk/Contact Centers e serviços de apoio às tecnologias Web e Telecomunicações e indústria de semicondutores. Esta orientação estratégica será complementada pelo suporte e manutenção às infra-estruturas tecnológicas das redes e equipamentos existentes nos seus Clientes com recurso às capacidades e competências dos recursos humanos que possui e na expectativa das evoluções obrigatoriamente terão que ser efectuadas logo que as conjunturas de investimento se alterem.

2. A Reestruturação operacional em Portugal

Tendo em vista uma maior eficiência operacional resolveu o Conselho de Administração da Reditus SGPS que, na área das tecnologias da informação anteriormente conduzida pela InterReditus, se fizesse uma separação, distinguindo vertentes que têm um ritmo de decisão diferente, interlocutores diversos nos Clientes e forma distinta de gerir as operações.

Assim, a InterReditus mantém as áreas de Help Desk tecnológico, de Networking e de Manutenção e Integração de Sistemas, enquanto a Redware terá as áreas de Formação, de Business Process Outsourcing e de Recursos Especializados. A Reditus II Telecomunicações desenvolverá os negócios de Contact Center.

Na estrutura da “holding” – Reditus SGPS – foi criada uma Unidade de Recursos Partilhados com as responsabilidades operacionais sobre aquelas empresas relativas a Pessoal, Administração e Finanças e à Qualidade/Provedoria do Cliente.

3. O Conselho de Estratégia

No exercício de 2002, manteve-se, à semelhança do acontecido em 2001, o funcionamento pleno do Conselho de Estratégia, que se reuniu numa base trimestral para discutir a bondade das estratégias desenhadas pelo Conselho de Administração e outrossim para aprofundar, no plano estratégico, as várias alternativas que se perfilaram na execução dos planos de negócio de cada uma das sociedades do Grupo.

Órgão não estatutário, foi presidido pelo Senhor Professor Doutor António Nogueira Leite até à sua eleição para Administrador da Reditus, SGPS, sendo hoje integrado pelos Senhores Professor Engenheiro Manuel Valsassina Heitor, Dr. Jorge Pereira da Costa e Dr. Luís Gravito, todos personalidades de relevo nas áreas tecnológicas, académicas e de consultoria.

Ao longo do exercício, o Conselho de Estratégia funcionou, de facto, como órgão de aconselhamento e análise da estratégia do Grupo, da sua envolvente de negócios, das oportunidades encontradas, assim como órgão coadjutor da prospectiva face às tendências de evolução do sector em Portugal e no contexto mais alargado das economias que com a nossa mais directamente se relacionam.

VII. Pessoal

Em qualquer estrutura organizacional holding, que controle um conjunto de empresas tecnológicas essencialmente vocacionadas para a área de serviço, o activo mais importante assenta na equipa de quadros e recursos técnicos que integram as sociedades operacionais.

Num contexto não expansionista da economia e do mercado a aposta fundamental deve residir na formação e reciclagem intensiva dos profissionais mais integrados nos processos em evolução, motivando-os e preparando-os para uma resposta mais eficaz e evoluída e criando condições para o desenvolvimento sustentado de equipas multi-disciplinares vocacionadas para o serviço e para a excelência no resultados obtidos.

Esta política de pessoal, aliada à complementaridade por parcerias especializadas em domínios críticos permitiu equilibrar a oferta quantitativa (o numero de recursos técnicos operacionais reduziu-se em cerca de 25 %) por uma oferta de maior qualidade e produtividade, aferida por rigorosos sistemas de controlo de qualidade, níveis de serviço e aferição do grau de satisfação dos Clientes.

Em 2002, o Grupo teve uma colaboração média de 385 efectivos, dos quais cerca de 30% possuem um grau de licenciatura (com especial incidência nas áreas das Tecnologias da Informação e Comunicação), situando-se a maioria na faixa etária dos 25 aos 35 anos.

VIII. Resultados

Dado o efeito dos movimentos referidos no capítulo III deste Relatório – Evolução da Situação Financeira – o Cash Flow Operacional consolidado de 735.582 € ficou reduzido para um resultado líquido negativo depois de interesses minoritários de 838.506 € (negativo de 772.408 €, em 2001).

IX. Agradecimentos

Não podemos deixar de manifestar o público reconhecimento pelo empenho manifestado pelos nossos Colaboradores, pelo aconselhamento proporcionado pelo Conselho de Estratégia e pela atenta participação do Conselho Fiscal, e bem assim, o excelente relacionamento com os nossos Clientes, Fornecedores e Bancos com que nos foi muito grato trabalhar.

Lisboa, 17 de Fevereiro de 2003

O Conselho de Administração,

Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato - Presidente

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato - Administrador Delegado

Eng.º José António da Costa Limão Gatta - Administrador

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos – Administrador

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite – Administrador

REDITUS SGPS, S.A.		BALANÇO CONSOLIDADO			
		EUROS			
Código das contas		2002			2001
		Act. Bruto	Amort.Prov.	Act. Líquido	Act. Líquido
	Activo				
	Imobilizado				
	<i>Imobilizações incorpóreas</i>				
431	Despesas de instalação	1.540.536	1.224.634	315.902	774.793
432	Despesas de Invest.desenv.	948.921	661.839	287.082	330.648
433	Propriedade Industrial	28.777.402	292.685	28.484.717	28.441.880
434	Trespases	55.868	55.868	0	0
441/6	Imobilizações em curso	149.639		149.639	393.571
439	Outras imobiliz. incorpóreas	106.451	106.385	66	4.669
	Diferenças consolidação	2.921.499	349.036	2.572.463	2.775.426
		34.500.316	2.690.447	31.809.869	32.720.987
	<i>Imobilizações corpóreas</i>				
421	Terrenos e recursos naturais	317.984		317.984	0
422	Edifícios outras construções	2.102.335	9.565	2.092.770	16.251
423	Equipamento básico	1.350.970	867.586	483.384	555.551
424	Equipamento de transporte	617.717	455.984	161.733	224.793
425	Ferramentas e utensílios	3.517	1.948	1.569	1.616
426	Equipamento administrativo	1.091.976	846.458	245.518	439.715
429	Outras imobiliz. corpóreas	2.485.163	1.601.389	883.774	805.070
441/6	Imobilizações em curso	89.087	0	89.087	100.513
		8.058.749	3.782.930	4.275.819	2.143.509
	<i>Investimentos financeiros</i>				
4111	Partes de capital emp.grupo	2.522.547	2.522.547	0	364.442
4112	Partes de capital emp.assoc.	776.050	776.050	0	0
4113+414+415	Títulos outras aplic.financ	1.357.977	753.141	604.836	4.396.649
		4.656.574	4.051.738	604.836	4.761.091
	Circulante				
	<i>Existencias</i>				
36	Matérias-primas, subs.cons.	306.854	0	306.854	250.152
35	Produtos trabalhos em curso	624.546	0	624.546	519.897
	Produtos acabados	27.824	0	27.824	42.642
32	Mercadorias	1.399.682	5.000	1.394.682	1.398.405
		2.358.906	5.000	2.353.906	2.211.096
	<i>Dívidas de terc.m.l.prazo</i>				
252	Empresas do Grupo	313.947	313.947	0	0
262+266+267+268+221	Outros devedores	79.680	0	79.680	2.043.051
		393.627	313.947	79.680	2.043.051
	<i>Dívidas de terc.curto prazo</i>				
211	Cientes c/c	4.915.245	0	4.915.245	10.188.990
212	Cientes-títulos a receber	179.641	0	179.641	199.379
218	Cientes cobrança duvidosa	844.168	844.168	0	23.439
252	Empresas do Grupo	5.137.242	5.137.242	0	9.976
253+254	Empresas participadas/partec.	0	0	0	0
251+255	Outros accionistas	46.854	0	46.854	46.922
229	Adiantamentos a fornecedores	19.773	0	19.773	35.594
2619	Adiantamentos fornec.imobil.	0	0	0	0
24	Estado outros ent.públicos	189.494	0	189.494	271.655
264	Subscritores de Capital	0	0	0	0
262+266+267+268+221	Outros devedores	7.376.194	497.523	6.878.671	3.850.470
		18.708.611	6.478.933	12.229.678	14.626.425
	<i>Títulos negociáveis</i>				
153/9	Outros títulos negociáveis	1.364.326	773.192	591.134	1.102.254
		1.364.326	773.192	591.134	1.102.254
	<i>Depósitos bancários e caixa</i>				
12+13+14	Depósitos bancários	3.796.410		3.796.410	752.861
11	Caixa	26.574		26.574	26.656
		3.822.984		3.822.984	779.516
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proveitos	272.560		272.560	183.558
272	Custos diferidos	1.975.195		1.975.195	1.404.296
		2.247.755		2.247.755	1.587.853
	Total de amortizações		6.473.377		
	Total de provisões		11.622.810		
	Total do activo	76.111.848	18.096.187	58.015.661	61.975.783

REDITUS SGPS, S.A.

BALANÇO CONSOLIDADO

EUROS

Código das contas		2002	2001
	Capital próprio e passivo		
	Capital próprio		
51	Capital	32.500.000	32.500.000
	Acções quotas próprias	0	0
521	Valor nominal	0	0
522	Descontos e prémios	0	0
54	Prémios de emissão de acções	16.211	16.211
	Diferenças de consolidação	(458.025)	(462.286)
55	Ajustamentos p/cap.fil/assoc	(11.598.013)	(11.516.800)
56	Reservas de Reavaliação	26.683.944	26.683.947
	Reservas:	0	0
571	Reservas legais	581.346	511.822
574a579	Outras Reservas	1.862.454	1.900.624
59	Resultados transitados	(20.777.038)	(15.376.602)
	<i>Subtotal</i>	28.810.879	34.256.916
88	Resultado líquido exercício	(838.506)	(772.408)
89	Dividendos antecipados		
	<i>Total do Capital Próprio</i>	27.972.373	33.484.508
	Interesses minoritários	912.545	1.321.241
	Passivo		
	Provisões para riscos e encargos		
293/8	Outras Provisões	6.300	111.152
	Dívidas a terceiros-M.L.prazo		
	Empréstimos por obrigações		
	Convertíveis		
2321			
2322	Não convertíveis	1.633.054	1.657.550
231+12	Dívidas instituições de crédito	6.682.498	6.054.095
221	Fornecedores c/c	74.930	119.821
24	Estado e outros entes públicos	0	1.996.159
222	Fornecedores imob. c/c	2.520.192	270.104
268+211	Outros Credores	998.600	1.681.528
		11.909.274	11.779.257
	Dívidas a terceiros-Curto prazo		
	Empréstimos por obrigações		
	Convertíveis		
2321			
2322	Não convertíveis	87.594	171.372
231+12	Dívidas instituições de crédito	8.694.887	4.877.206
269	Adiantamentos p/c.vendas	0	0
221	Fornecedores c/c	2.932.008	4.121.008
228	Fornecedores - factur. rec.conf	413.182	453.243
222	Fornecedores - títulos a pagar	93.311	222.628
2612	Fornecedores imob. - tit.pagar	0	9.033
252	Empresas do Grupo	0	0
251+255	Outros accionistas	153.322	118.749
219	Adiantamentos de clientes	13.147	59.018
239	Outros emp. obtidos	72.980	152.168
2611	Fornecedores de imob. c/c	494.067	582.362
24	Estado e outros entes públicos	2.116.612	2.508.664
262+263+264+ 265+267+ 268+211	Outros credores	846.654	922.765
		15.917.764	14.198.216
	Acréscimos e diferimentos		
273	Acréscimos de custos	1.297.405	1.081.409
274	Proveitos diferidos	0	0
		1.297.405	1.081.409
	<i>Total do passivo</i>	29.130.743	27.170.034
	<i>Total do cap.p/int.min/passivo</i>	58.015.661	61.975.783

REDITUS SGPS, S.A.					
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS					
EUROS					
Código das contas		2002		2001	
	Custos e perdas				
61	Custo mercadorias vendidas/mat.con				
	Mercadorias	3.061.874		7.928.931	
	Matérias	519.518	3.581.392	299.294	8.228.225
62	Fornecimentos e serviços externos		4.631.102		5.520.615
	Custo com o pessoal:				
641+642	Remunerações	6.703.776		6.523.848	
	Encargos sociais:				
643+644	Pensões				
645/8	Outros	1.674.388	8.378.164	1.580.481	8.104.329
66	Amortizações imobilizado corp.inc	1.887.038		1.391.377	
67	Provisões	33.364	1.920.402	125.513	1.516.890
63	Impostos	121.599		93.495	
65	Outros custos/perd.operacionais	756.224	877.823	966.191	1.059.686
	(A)		19.388.883		24.429.745
682	Perdas emp.grupo e associadas				
683+684	Amortizações e prov.apli e inv.fin	549.917		348.974	
681+685+686+	Juros custos similares:				
687+688	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	1.659.599	2.209.516	1.472.456	1.821.430
	(C)		21.598.399		26.251.175
69	Custos e perdas extraordinários		493.054		128.181
	(E)		22.091.453		26.379.356
86	Impostos s/rendimento do exercício		93.552		353.533
	(G)		22.185.005		26.732.889
	Interesses minoritários		(308.635)		165.671
88	Res consolid líquido do exercício		(838.506)		(772.408)
			21.037.864		26.126.151

REDITUS SGPS, S.A.					
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS					
EUROS					
Código das contas		2002		2001	
	Proveitos e ganhos				
71	Vendas:				
	Mercadorias	4.266.400		10.581.673	
	Produtos	36.510			
72	Prestações de serviços	11.883.180	16.186.090	12.473.519	23.055.192
	Variação da produção	88.966		428.138	
75	Trabalhos p/própria empresa	1.122.753		1.467.084	
73	Proveitos suplementares	56.253			
74	Subsídios à exploração	0		0	
76	Outros prov. e ganh.operacionais	750.000	2.017.972	369.130	2.264.353
	(B)		18.204.062		25.319.545
782	Ganhos emp.grupo e associadas	0		0	
784	Rendimentos de particip.capital	136.905		0	
7812+7815					
7816+783	Rendimentos tit.neg./aplic.fin.:			0	
	Relativos a empresas do grupo				
	Outros	8.853			
7811+7813+					
7814+7818+	Outros juros e proveitos similares				
785+786+787+	Relativos a empresas do grupo			0	
788	Outros	248.809	394.567	614.614	614.614
	(D)		18.598.629		25.934.159
79	Proveitos e ganhos extraordinários		2.439.235		191.992
	(F)		21.037.864		26.126.151
	Resumo:				
	Resultados operacionais: (B)-(A)=		(1.184.821)		889.800
	Resultados financeiros: (D-B)-(C-A)=		(1.814.949)		(1.206.816)
	Resultados correntes: (D)-(C)=		(2.999.770)		(317.016)
	Resultados antes de impostos: (F)-(E)=		(1.053.589)		(253.205)
	Resultado líquido do exercício: (F)-(G)=		(1.147.141)		(606.738)

REDITUS-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA.**Demonstrações Consolidadas dos Resultados por Funções
até 31 de Dezembro de 2002**

	2002	2001
	Euros	Euros
Vendas e prestações de serviços	16.186.090	23.055.192
Custos das vendas e das prest. de serviços	14.331.926	18.272.773
Resultados brutos	1.854.164	4.782.419
Outros proveitos e ganhos operacionais	4.126.690	2.264.353
Custos de distribuição	1.895.795	1.636.706
Custos administrativos	2.194.373	2.436.837
Outros custos e perdas operacionais	1.293.560	2.083.434
Resultados operacionais	597.126	889.795
Custo líquido de financiamento	1.410.790	857.843
Ganhos (perdas) em filiais e associadas		
Ganhos (perdas) em outros investimentos	404.159	-348.974
Resultados correntes	-1.217.823	-317.022
Impostos sobre os resultados correntes		324.094
Resultados correntes após impostos	-1.217.823	-641.110
Resultados extraordinários	164.234	63.811
Impostos sobre os resultados extraordinários	93.552	29.439
Resultados líquidos	-1.147.141	-606.738
Resultados por acção	-0,176	-0,093

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA*(método directo)*

Euros

ACTIVIDADES OPERACIONAIS:

Recebimentos de clientes	20.554.930
Pagamentos a fornecedores	7.028.327
Pagamentos ao pessoal	8.162.168
Fluxo gerado pelas operações	5.364.435

Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-3.063.544
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	-2.179.452
Fluxos gerados antes das rúbricas extraordinárias	121.439

Recebimentos relacionados com rúbricas extraordinárias	896
Pagamentos relacionados com rúbricas extraordinárias	-51.619

Fluxos das actividades operacionais (1)	<u>70.716</u>
--	----------------------

ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:**Recebimentos provenientes de:**

Imobilizações corpóreas	10.000
Investimentos financeiros	0
Juros e proveitos similares	98.009
	<u>108.009</u>

Pagamentos respeitantes a:

Investimentos financeiros	77.506
Imobilizações corpóreas	953
Outros	
	<u>78.459</u>

Fluxos das actividades de investimento (2)	<u>29.550</u>
---	----------------------

ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:**Recebimentos provenientes de:**

Empréstimos obtidos	4.252.622
Subsídios e Doações	0
Outros	5.361
	<u>4.257.983</u>

Pagamentos respeitantes a:

Empréstimos obtidos	0
Juros e custos similares	1.011.284
Amortização de contratos de locação financeira	53.102
Dividendos	
Outros	
	<u>1.064.386</u>

Fluxos das actividades de financiamento (3)	<u>3.193.597</u>
--	-------------------------

Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	<u><u>3.293.863</u></u>
---	--------------------------------

Efeitos das diferenças de câmbio	0
----------------------------------	---

Caixa e seus equivalentes no início do período	1.893.447
---	------------------

Caixa e seus equivalentes no fim do período	5.187.310
--	------------------

REDITUS – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA EUROS

EXERCÍCIO DE 2002

2 – Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

	2001	2002
Numerário	26.656	26.574
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	753.861	1.048.684
Equivalentes a caixa	1.325.530	4.112.052
Disponibilidades constantes do balanço	2.105.047	5.187.310
Descobertos bancários	-211.600	
Caixa e seus equivalentes	1.893.447	5.187.310

Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais,S.A.

Anexo ao

Balanço e à Demonstração de Resultados Consolidados

em 31 de Dezembro de 2002

(Valores expressos em Euros)

I. Informações relativas às empresas incluídas na consolidação e a outras

1. Empresas incluídas na consolidação:

Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais,SA
Sede: Rua Pedro Nunes nº. 11 R/C - Lisboa

Reditus - Imobiliária, SA
Sede: Rua Pedro Nunes nº. 11 R/C - Lisboa
100% do capital detido pela REDITUS - SGPS, SA

Redware - Sistemas de Informação, SA
Sede: Rua Pedro Nunes nº. 11 R/C - Lisboa
100% do capital detido pela REDITUS - SGPS,SA

Inter Reditus - Prestação Integrada de Serviços Informáticos, SA
Sede: Rua Pedro Nunes, nº. 11 R/C - Lisboa
83.3% do capital detido pela REDITUS - SGPS, SA
16.6% do capital detido pela REDITUS GESTÃO, SA

J.M. Consultores de Informática e Artes Gráficas, SA
Sede: Av. Almeida Garrett, 18 - Alfragide
67% do capital detido pela REDITUS - SGPS, SA

Reditus II - Telecomunicações, Lda.
Sede: Rua Pedro Nunes, nº. 11 R/C - Lisboa
100% do capital detido pela REDITUS - SGPS, SA

BCCM – Inovação Tecnológica, Lda.
Sede: Rua Pedro Nunes, nº. 11 R/C - Lisboa
50% do capital detido pela REDITUS - SGPS, SA

Reditus Gestão – Prestação de Serviços Informáticos, SA.
Sede: Rua Pedro Nunes, nº. 11 R/C - Lisboa
100% do capital detido pela REDITUS - SGPS, SA.

CALEO, SA.
Sede: Rue Hélène Boucher, 421 ZI – Paris - França
55% do capital detido pela REDITUS - SGPS, SA

CALEO ENGINEERING, SARL.
Sede: Rue Hélène Boucher, 641 ZI – Paris - França
99.13% do capital detido pela CALEO, SA.

CALEO ELECTRONIQUE, SARL.
Sede: Rue Hélène Boucher, 421 ZI – Paris - França
100% do capital detido pela CALEO, SA.

CALEO INFORMATIQUE, SARL.
Sede: Rue Hélène Boucher, 421 ZI – Paris - França
99.6% do capital detido pela CALEO, SA.

Estas empresas foram consolidadas pelo método da consolidação integral, devido aos titulares de capital deterem a maioria dos direitos de voto.

2. Empresas excluídas da consolidação

Reditus Consulting, SL.
Sede: Calle Velázquez nº. 94 - Madrid - Espanha
80% do capital detido pela REDITUS - SGPS, SA
Motivo da exclusão: não materialmente relevante.

3, 4 e 5. N.A.

6. Empresas com participação não inferior a 10% :

Inforgal, Informática e Gestão, SA
Sede: Avenida 5 de Outubro, 321 - R/C
1600 - Lisboa
11,58% do capital detido pela Reditus - SGPS, SA

Redserv-Manutenção e Serviços de Informática, Lda.,
Sede: Rua Pedro Nunes nº. 11 R/C - Lisboa
48,57% do capital detido pela Reditus - SGPS,SA.

7. Numero médio de trabalhadores ao serviço, durante o exercício:

	<i>Técn/Prd</i>	<i>Admin</i>	<i>Comerc</i>	Total
Reditus SGPS, SA	1	5	0	6
Reditus Imobiliária, SA	0	0	0	0
Caleo AS	15	3	1	19
Redware, SA	0	0	0	0
JM Consultores, SA	33	3	4	40
Inter Reditus, SA.	289	20	20	329
Reditus II Telecomunicações, Lda	0	0	0	0
Reditus Gestão, SA	0	0	0	0
BCCM	5	1	1	7
total	343	32	26	401

II. Informação Relativa à imagem verdadeira e apropriada

8. Aplicação das normas de consolidação

A aplicação das normas de consolidação foi suficiente para que as demonstrações financeiras consolidadas apresentem uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação.

9. N.A.

III. Informações relativas aos procedimentos de consolidação

10. Diferenças de consolidação

As diferenças da primeira consolidação, no montante de € 458.025, apresentadas no capital próprio, devem-se essencialmente às diferenças entre os valores de custo de aquisição da participação e os valores proporcionais dos capitais próprios das participadas, J.M. Consultores, S.A., Redware, Sistemas de Informação, S.A., as quais foram consolidadas pelo método da integração global.

As diferenças de consolidação positivas, no montante de € 2.921.499, apresentadas no activo, referem-se ao remanescente entre os valores contabilísticos da participação no capital da CALEO e a proporção que representam nos capitais próprios desta empresa, com referência a 30 de Setembro de 2001, data do balanço de primeira consolidação.

A empresa J.M. Consultores, S.A., utiliza o método do FIFO para valorização de existências, enquanto as restantes empresas utilizam o custo médio ponderado. Dada a imaterialidade de tal diferença de critério, não foi considerada a respectiva diferença de consolidação.

11. Consistência com o exercício anterior

Os métodos e procedimentos de consolidação foram aplicados de forma consistente relativamente ao exercício de 2001.

12. N. A.

13. Data de referência

As Demonstrações Financeiras consolidadas foram elaboradas com referência à mesma data das Demonstrações Financeiras anuais da Empresa-Mãe, isto é, 31 de Dezembro de 2002.

14. Alterações ao conjunto de empresas consolidadas

Relativamente ao exercício de 2001, não se verificaram quaisquer alterações no que se refere à composição do conjunto das empresas incluídas na consolidação:

15. a 17. N.A.

18. Contabilização das participações:

A contabilização das participações em associadas é feita pelo valor contabilístico (custo de aquisição).

19.e 20. N.A.

IV. Informações relativas a compromissos

21. Na Reditus SGPS, SA., encontra-se contabilizado como investimento financeiro - outras aplicações financeiras- Fundos, um montante de € 65.846 relativo ao valor remanescente da apólice nº. 13072 do ramo vida-reforma, constituída nos termos do Artº. 14º. dos Estatutos da Sociedade. A responsabilidade referente a esta mesma apólice e pelo mesmo valor, encontra-se contabilizada em outros credores, bem como a responsabilidade pelos resgates recebidos no montante de € 723.257.

22. Responsabilidades

Para além das garantias prestadas decorrentes do estatuto de Sociedade de domínio total, existe:

Garantias: As receitas da Reditus SGPS, SA., respondem integralmente pelo serviço da dívida emergente da emissão do empréstimo obrigacionista Reditus/93 no montante de € 253.497 e por um prazo de cinco anos.

Nos contratos de reestruturação de passivo bancário e de outros credores, bem como no acordo relativo aos empréstimos obrigacionistas, realizados por empresas do Grupo subscritoras, incluindo a Reditus Soluções Informáticas, SA., com um valor de € 1.984.253, a Reditus SGPS assume responsabilidade solidária pelos seus cumprimentos, bem como fiadora e principal pagadora de todas e cada uma das obrigações daí resultantes.

V. Informações relativas a políticas contabilísticas

23. Critérios de Valorimetria

A) Genéricos

As contas consolidadas foram elaboradas em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade, em especial com o Decreto-Lei nº. 238/91 de 2 de Julho.

As contas, das Empresas do Grupo, foram elaboradas em concordância com o princípio contabilístico fundamental do custo histórico, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade (POC - Decreto-Lei nº410/89 de 21 de Novembro) e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, como segue :

- Do Custo Histórico
- Da Continuidade da Empresa
- Da Consistência dos Exercícios
- Da Efectivação das Operações
- Do Conservantismo
- Da Substância sob a Forma
- Da Materialidade

As contas, das Empresas do Grupo Caleo, foram elaboradas em concordância com o princípio contabilístico fundamental do custo histórico, em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade Francês e de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em França.

Com base num estudo efectuado por uma empresa especializada, foi registado como Imobilizado Incorpóreo um montante de € 22.096.747 em 1997, reavaliado para € 28.177.093 em 1998. Em 2001 foi registado um acréscimo de € 247.090 como resultado da aquisição efectuada pela Reditus SGPS das marcas detidas pela Reditus Formação e pela Reditus III. Assim o valor total da marca Reditus é de € 28.424.183, registados em contrapartida de conta da situação líquida, o que derroga o princípio do custo histórico.

B) *Específicos*

a) Disponibilidades, Dívidas de e a Terceiros

As disponibilidades e as dívidas de e a terceiros expressas noutra moeda foram convertidas para euros às taxas de câmbio vigentes à data do Balanço.

b) Títulos Negociáveis e Imobilizações Financeiras

Os Títulos Negociáveis são valorizados, na data do Balanço, ao mais baixo do custo de aquisição ou de mercado.

As Imobilizações Financeiras são valorizadas, na data do Balanço, ao valor de mercado, quanto aos títulos, e pelo método da equivalência patrimonial quanto às empresas do grupo e associadas.

As mais-valias e menos-valias efectivas que resultem da venda dos referidos títulos são reconhecidas como resultados do exercício em que ocorrem.

As participações financeiras que tenham experimentado reduções permanentes de valor de realização, encontram-se provisionadas.

c) Existências

Os movimentos verificados no período em referência obedeceram ao critério de valorimetria do "Custo de Aquisição" e ao método de custeio das saídas do "Custo médio ponderado", exceptuando-se o método utilizado pela J.M Consultores, SA., como anteriormente mencionado na nota 10.

d) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas referem-se, na maior parte, ao valor da marca Reditus o qual não foi amortizado, às despesas incorridas com os processos de aumento de capital da Reditus SGPS, verificados no exercício anterior, às despesas de investigação e desenvolvimento, abatidas das reitegrações acumuladas, calculadas em regime de duodécimos por um período de três anos.

Inclui ainda esta rubrica o valor de diferença de consolidação positiva, resultante da aquisição da participação financeira na CALEO, amortizada em regime de duodécimos, por um período de cinco anos.

e) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição ou de reavaliação abatido das reitegrações acumuladas.

Os custos com manutenção e reparação que não aumentem a vida útil das imobilizações são debitados a resultados do exercício em que ocorrem.

As reintegrações consideradas destinam-se a depreciar as imobilizações, em regime de duodécimos e de acordo com os períodos de vida útil segundo o Decreto Regulamentar nº 2/90 de 12 de Janeiro.

f) Locação Financeira

Os bens em regime de locação financeira são contabilizados segundo o POC, depois de ter sido levantada a restrição constante do artº. 4º. do DL 410/89, por aplicação do princípio contabilístico da substância sob a forma.

g) Acréscimos e Diferimentos

São registados nesta rubrica despesas pagas antecipadamente, sendo registados como custos no período a que respeitam, bem como encargos com subsídio de férias e juros vencidos e não pagos, com excepção dos referentes aos acordos de reestruturação que são adicionados às respectivas contas de passivo.

h) Provisões para Riscos e Encargos

h1) As provisões para Clientes e Outros Devedores de Cobrança Duvidosa e para Existências, são constituídas ou reforçadas, respectivamente, numa base comercial e segundo a obsolescência e desvalorização efectiva.

h2) As empresas reconhecem os proveitos e os custos de acordo com o princípio de especializações do exercício.

i) Reconhecimento de Proveitos e Custos com Garantias

As vendas de mercadorias e de serviços a Clientes são registadas quando os mesmos são entregues ou terminados, respectivamente.
As garantias de equipamentos vendidos são suportadas pelos fornecedores das marcas representadas.

24. Cotações utilizadas para conversão de moeda estrangeira, à data de 31 de Dezembro de 2002.

As cotações utilizadas para conversão de outras moedas, foram as vigentes para o euro à data do balanço.

VI. Informações relativas a determinadas rubricas

25. Despesas de Instalação e Despesas Investigação e Desenvolvimento

	2001	2002
Despesas de Instalação	1.531.739	1.540.536
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	725.292	948.921

A nota supra deverá ser lida em conjugação com a nota nº. 27 em especial no que se refere às respectivas amortizações.

26. N.A.

27. Movimentos Ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado e nas respectivas Amortizações e Provisões:

Activo Bruto

	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Transf/abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação	1.531.739		8.797			1.540.536
Despesas de Invest.desenv.	725.292		0		223.629	948.921
Propriedade industrial	28.723.302		54.100			28.777.402
Trespases	37.410		18.458			55.868
Imobilizações em curso	393.571				-243.932	149.639
Outras Imob. Incorpóreas	45.480		60.971			106.451
Diferenças consolidação	2.921.499					2.921.499
	34.378.293	0	142.326	0	-20.303	34.500.316
Imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais			317.984			317.984
Edifícios outras construções	20.316		2.082.019			2.102.335
Equipamento básico	1.249.878		159.478	-58.386		1.350.970
Equipamento de transporte	618.360		56.018	-56.661		617.717
Ferramentas e utensílios	2.943		669	-95		3.517
Equipamento administrativo	1.198.202			-106.226		1.091.976
Outras imobiliz. Corpóreas	1.949.397		536.644	-878		2.485.163
Imobilizações em curso	100.513				-11.426	89.087
	5.139.609	0	3.152.812	-222.246	-11.426	8.058.749
Investimentos financeiros						
Partes de capital emp.grupo	2.886.987			-364.440		2.522.547
Partes de capital emp.assoc.	776.050					776.050
Títulos outras aplic.financ	5.149.789			-3.791.812		1.357.977
	8.812.826	0	0	-4.156.252	0	4.656.574

Amortizações e Provisões

	Saldo inicial	Reforço	Regularz	Saldo final
Imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação	756.946	467.688		1.224.634
Despesas de Invest.desenv.	394.644	267.195		661.839
Trespases	37.410	85.526	-67.068	55.868
Propriedade Industrial	381.422	11.263		292.685
Outras Imob Incorpóreas	40.812	65.573		106.385
Diferenças Consolidação	146.073	202.963		349.036
	1.657.307	1.100.208	-67.068	2.690.447
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios outras construções	4.065	5.500		9.565
Equipamento básico	694.327	173.259		867.586
Equipamento de transporte	393.567	62.417		455.984
Ferramentas e utensílios	1.327	621		1.948
Equipamento administrativo	758.487	87.971		846.458
Outras imobiliz. Corpóreas	1.144.327	457.062		1.601.389
	2.996.100	786.830		3.782.930
Investimentos financeiros				
Partes de capital emp.grupo	2.522.547			2.522.547
Partes de capital emp.assoc.	776.050			776.050
Títulos outras aplic.financ	753.141			753.141
	4.501.738	0	0	4.051.738

28; 29; 30; 31; 32; NA

33. Em Dívidas a terceiros de Médio/Longo Prazo está registado um montante de € 11.834.344 resultante dos vários acordos de reestruturação de passivos, quer bancário quer de outros credores, dos empréstimos obrigacionistas Reditus 91 e Reditus 93, para os quais foram acordados prazos de pagamentos superiores a cinco anos.

34; 35. N.A.

36. Relato financeiro por segmentos

O Grupo Reditus desenvolve a generalidade da sua actividade na área de Tecnologias de Informação.

No que respeita à informação por segmentos há que referir a actividade desenvolvida por um lado, pela sua participada Caleo, S.A. em França a qual desenvolve neste país soluções integradas para a montagem de semi condutores e outros componentes electrónicos e, por outro lado, a Reditus Imobiliária, S.A. que desenvolve a sua actividade no sector imobiliário.

Esta actividade face à totalidade de actividades desenvolvidas apresenta os seguintes indicadores:

	Caleo ,S.A.	Reditus Imobiliária	Consolidado
Venda e Prestação de Serviços	3.856.647	750.000	16.936.090
Total de Proveitos	4.085.301	2.016.846	21.037.864
Custos Operacionais	4.379.988	156.039	19.388.883
Resultado antes Imposto	-511.949	1.798.051	-1.053.589
Activo Total	3.266.954	4.487.719	57.774.470
Capital Próprio	2.316.291	-3.852.554	29.560.843
Passivo Total	950.663	8.340.273	27.301.083

37 e 38. N.A.

39. Remunerações atribuídas aos membros dos Órgãos Sociais da Reditus-Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA:

	2001	2002
Conselho de Administração	501.686	367.013
Estes valores incluem ajudas de custo		

40; 41; 42; 43. N.A.

44. Demonstração Consolidada dos Resultados Financeiros

	2001	2002
Custos e Perdas		
Juros Suportados	734.500	646.360
Provisões p/aplicações financeiras	202.901	549.917
Diferenças de câmbio desfavoráveis	690.591	945.926
Perdas na alienação de aplicações financeiras	5.547	
Outros custos e perdas financeiras	187.892	67.314
Resultados Financeiros	-1.206.817	-1.814.950
	614.614	394.567
Proveitos e Ganhos		
Juros obtidos	75.408	98.290
Ganhos partes capital outras empresas		142.763
Diferenças de câmbio favoráveis		149.713
Descontos de pronto pagamento obtidos		
Ganhos na aplicações de tesouraria		115
Outros proveitos e ganhos financeiros	539.206	3.686
	614.614	394.567

45. Demonstração Consolidada dos Resultados Extraordinários

	2001	2002
Custos e Perdas		
Donativos		1.000
Perdas em imobilizações	7.123	50.808
Multas e penalidades	23.613	3.307
Aumentos de amortizações e provisões		22.202
Correcções relativas a exercícios anteriores	55.586	265.102
Outros custos e perdas extraordinários	41.859	150.635
Resultados Extraordinários	63.811	1.946.181
	191.992	2.439.235
Proveitos e Ganhos		
Recuperação de dívidas		
Ganhos em imobilizações	599	171.431
Reduções de amortizações e de provisões	34.916	70.120
Correcções relativas a exercícios anteriores	133.503	197.397
Outros proveitos e ganhos extraordinários	22.975	2.000.287
	191.992	2.439.235

46. Movimento das Provisões Acumuladas

	Saldo Inicial	Aumentos	reduções	Saldo final
Provisão para:				
Aplicações de tesouraria	223.277	549.915		773.192
Clientes cobrança duvidosa	879.361		-35.193	844.168
Outros devedores cob. Duvidosa	4.746.047	1.588.469	-385.804	5.948.712
Riscos e encargos	111.152		-104.852	6.300
Depreciação existências	9.502		-4.502	5.000
Aplicações financeiras	4.051.738			4.051.738
	10.021.077	2.138.384	-530.351	11.629.110

47. N.A.

48. Outras Notas

A empresa tem seguido o procedimento de debitar, no final do ano, às suas participadas, valores calculados em função de condições contratuais e devidas pela utilização das marcas sua propriedade. No presente exercício e atendendo aos resultados obtidos tal procedimento não foi seguido; no entanto, em qualquer circunstância esta situação é neutra nas contas consolidadas.

A regularização de contas de terceiros, relativa a exercícios anteriores, originaram uma correcção na conta de Resultados Transitados no montante de 4.628.028 €

O Grupo Reditus, liquidou, em Dezembro de 2002, as dívidas ao Estado ao abrigo do D.L. 248 – A/2002 de 14 de Novembro; esta situação teve um impacto de 710.300 € relacionado com o perdão de juros e foi contabilizado na rubrica de proveitos extraordinários.

ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO
Relativo ao exercício de 2002

ANEXO

I. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 447º, Nº 5 DO CSC

Informação sobre a titularidade das acções e obrigações dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e, bem assim, de todas as suas aquisições, onerações ou cessações de titularidade de acções e de obrigações da mesma sociedade e de sociedades com as quais aquela esteja em relação de domínio ou de grupo.

A) Membros do Conselho de Administração

Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato

Detinha no início de 2002, 78.982 acções da sociedade.

Em 31.12.2002 detinha 130.573 acções da sociedade.

Não possui obrigações da sociedade.

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Detinha no início de 2002, 191.032 acções da sociedade.

Em 31.12.2002 detinha 240.871 acções da sociedade.

Não possui obrigações da sociedade.

Engº José António da Costa Limão Gatta

No início de 2002, não detinha acções da sociedade.

Em 31.12.2002 detinha 37.540 acções da sociedade.

Não possui obrigações da sociedade.

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Detinha no início de 2002, 100.000 acções da sociedade.

Em 31.12.2002 detinha 137.541 acções da sociedade.

Não possui obrigações da sociedade.

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

No início de 2002, não detinha acções da sociedade.

Em 31.12.2002 também não detinha acções da sociedade.

Não possui obrigações da sociedade.

B) Membros do Conselho Fiscal

Dr. Rui António Nascimento Gomes Barreira

Não detém acções ou obrigações da sociedade.

Engº Manuel Luis Canas de Sousa Callé

Não detém acções ou obrigações da sociedade.

Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão

Não detém acções ou obrigações da sociedade.

Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira

Não detém acções ou obrigações da sociedade.

II. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 448º, Nº 4 DO CSC

Lista dos accionistas que, na data do encerramento do exercício de 2002 e segundo os registos da sociedade e as informações prestadas, são titulares de, pelo menos, um décimo, um terço ou metade do capital e dos accionistas que deixaram de ser titulares das referidas fracções de capital.

Lisorta – Estufas e Assistência Técnica, Lda.

Detém directamente 1.047.643 acções correspondentes a 16,12 % do capital da sociedade e à mesma percentagem de direitos de voto.

ELAO – SGPS, S.A.

Detém directamente 975.261 acções correspondentes a 15% do capital da sociedade e à mesma percentagem de direitos de voto.

III. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 324º, Nº 2 DO CSC

A sociedade não adquiriu, não alienou e não detém acções próprias.

IV. INFORMAÇÃO DEVIDA NOS TERMOS DO ART. 397º, Nº 4 DO CSC

Não foram solicitadas e, por isso, não foram concedidas autorizações nos termos previstos no nº 2 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

V. RELATÓRIO SOBRE O GOVERNO DA SOCIEDADE

Capítulo I. Divulgação de Informação

1. Mapa funcional relativo à repartição de competências entre os órgãos da sociedade:

Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato

Presidente do Conselho de Administração, sem pelouros.

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Administrador-Delegado, com os pelouros de acompanhamento das sociedades participadas em Portugal.

Engº José António da Costa Limão Gatta

Administrador, com o pelouro de acompanhamento das sociedades participadas no estrangeiro.

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Administrador, com o pelouro dos novos investimentos e parcerias.

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

Administrador, com o pelouro das relações com o mercado de capitais e com os accionistas e ainda a supervisão dos assuntos contabilísticos e prestação de contas.

Não existem quaisquer departamentos da Sociedade no quadro do processo de decisão empresarial que cumpra referir, dada a natureza e estrutura da Sociedade.

2. Descrição da evolução da cotação das acções da sociedade:

Encontra-se no ponto IV do Relatório de Gestão, para o qual remetemos, salientando que a divulgação das Contas de 2001 ocorreu no dia 26.04.2002, as do 1º. Trimestre de 2002 no dia 13.05.2002, as do Semestre de 2002 no dia 30.09.2002 e as 3º. Trimestre em 30.10.2002.

3. Política de distribuição de dividendos:

O Conselho de Administração não propõe a distribuição de dividendos relativos ao exercício de 2002.

4. Não existem planos de atribuição de acções e/ou planos de atribuição de opções de aquisição de acções.

5. Novas tecnologias de divulgação de informação financeira e de outra informação preparatória das reuniões das assembleias gerais:

- o Tecnologias utilizadas:

Internet, correio electrónico.

- Documentos veiculados por essas tecnologias:

Informação financeira aos accionistas, documentos preparatórios das reuniões das assembleias gerais.

- Página oficial da sociedade na Internet:

www.reditus.pt

- Documentos de prestação de contas são disponibilizados na página oficial da sociedade na Internet após o seu conhecimento ser aberto ao público em geral.

6. Gabinete de Apoio ao Investidor

- Funções do Gabinete:

Assegurar o contacto permanente e constante com o mercado respeitando o princípio da igualdade dos accionistas e prevenindo as assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, disponibilizando, dentro dos termos legalmente permitidos, informações que sejam solicitadas ou que por alguma forma contribuam para uma maior transparência e participação na vida da Sociedade, designadamente:

- Prestando todos os esclarecimentos a dúvidas de accionistas, analistas, investidores e outras partes interessadas;
- Organizando apresentações e *conference calls* para analistas financeiros e investidores institucionais;
- Colaborando na preparação e divulgação de factos relevantes e outras comunicações;
- Colaborando na preparação e divulgação dos comunicados sobre os resultados anuais, semestrais e trimestrais;
- Colaborando e participando em sessões de apresentação de resultados anuais e semestrais;
- Colaborando na elaboração de prospectos relacionados com operações no mercado de capitais;
- Orientando analistas sobre a estratégia, objectivos e perspectivas de resultados da empresa, incluindo a revisão de notas de *research* por estes elaborados.

- Tipo de Informações disponibilizada pelo Gabinete:

- Em geral, todo o tipo de informações que nos termos da lei possa ser facultada e que seja solicitada por accionistas, analistas, investidores ou outros interessados
- Documentos preparatórios de assembleias gerais;

- Factos relevantes e outras comunicações com relevo para a vida da sociedade, nomeadamente participações qualificadas;
- Resultados anuais, semestrais e trimestrais.

o Vias de acesso ao Gabinete:

Presencial – na sede da sociedade, mediante solicitação prévia;

Telefónica – 21 4124100;

Fax – 21 4124199;

Correio – para a sede da sociedade;

Correio electrónico – accionistas@reditus.pt

o Identificação do Representante para as Relações com o Mercado

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Capítulo II. Exercício de direito de Voto e Representação de Accionistas

o Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto:

Esta matéria está regulada no art. 9º do Contrato de Sociedade.

A cada cem acções corresponde um voto.

Só poderão assistir e tomar parte nas assembleias gerais accionistas que façam prova de titularidade de um mínimo de cem acções, quer mediante registo nos livros da sociedade, quer mediante comprovativo de depósito bancário, até cinco dias antes da realização da respectiva reunião.

Os accionistas com direito a voto poderão fazer-se representar nas assembleia gerais por qualquer pessoa, no respeito do previsto no nº 3 do artigo 381º do Código das Sociedades Comerciais, bastando, para prova do mandato, uma simples carta dirigida ao presidente da mesa da Assembleia Geral e entregue a este até à véspera da reunião.

o Modelo para o exercício do direito de voto por correspondência:

a) Os Senhores Accionistas com direito a voto podem exercê-lo por correspondência;

- c) A carta a que se refere o ponto anterior deve ser dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral;
 - d) As declarações de voto devem ser enviadas em sobrescrito fechado com a menção de “voto por correspondência com indicação da Assembleia Geral a que respeita;
 - e) O sobrescrito referido no número anterior deve conter a declaração de voto indicando o nome completo do accionista e o sentido de voto quanto a cada um dos pontos da respectiva ordem de trabalhos;
 - f) A declaração de voto deve ser assinada, devendo o accionista signatário, (i) em caso de pessoa singular, indicar o número, data de emissão e entidade emitente do bilhete de identidade ou documento equivalente emitido por autoridade competente da União Europeia ou, ainda, passaporte, e, (ii) em caso de pessoa colectiva, carimbar e indicar a qualidade do representante;
 - g) A carta referida na alínea b) deve conter, para além do sobrescrito de voto, certificado que comprove a legitimação para o exercício do direito de voto emitido pela entidade registadora ou pelo depositário, nos termos dos art. 55º e 104º do Código de Valores Mobiliários;
 - h) Os sobrescritos que contenha as declarações de voto por correspondência serão abertos no decurso da Assembleia Geral respectiva;
 - i) A presença na Assembleia Geral do Senhor Accionista que tenha optado por exercer o seu direito de voto por correspondência ou do seu representante é considerada como revogação do voto por correspondência emitido.
- o Não há, ainda, possibilidade de exercício do direito de voto por meios electrónicos, por a Sociedade não ter ainda desenvolvido os meios necessários para verificar a autenticidade das declarações de voto, bem como garantir a integridade e a confidencialidade do respectivo conteúdo conforme o recomendado pela CMVM.

Capítulo III. Regras Societárias

A Sociedade não tem quaisquer regras próprias e específicas que definam a sua conduta ou regulamentos internos que digam respeito a situações de conflitos de interesses, sigilo e incompatibilidades, nem quaisquer procedimentos internos especiais para o controlo de risco da sua actividade.

Não estão estabelecidos limites ao exercício de direitos de voto e também não existem quaisquer direitos especiais de algum accionista.

Não foram tomadas medidas defensivas que visem impedir o êxito de ofertas públicas de aquisição.

A Sociedade dada a sua natureza de SGPS, a sua estrutura e visto os membros do Conselho de Administração desenvolverem todas funções executivas, não sentiu ainda

necessidade de estabelecer regras de conduta ou regulamentos internos, desenvolvendo a sua actividade segundo as regras gerais constantes do Código das Sociedades

Comerciais e do Código dos Valores Mobiliários que, pelos deveres que impõe, disciplina e acautela suficientemente, as situações que se pretendem ver salvaguardadas com a definição das mencionadas regras. Porém, a Sociedade está a ponderar a criação

de um sistema interno de controlo de riscos pela importância que o mesmo assume como instrumento de ponderação e transparência dos assuntos societários.

Capítulo IV. Órgãos de Administração

1. Caracterização do Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por uma pluralidade de membros.

o Membros do Conselho de Administração:

Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato

Presidente do Conselho de Administração.

Membro não executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Gerente de José Moreira Rato Imobiliária, Lda., Lisorta – Assistência Técnica, Lda., Solmnora – Gestão Imobiliária, Lda., Pessoa, Pinto & Costa – Sociedade de Construções, Lda. e Reditus II-Telecomunicações, Lda..

Presidente do Conselho de Administração de Reditus Imobiliária, S.A. e JM Consultores de Informática, S.A..

Administrador de TORA – Sociedade Imobiliária, S.A., URCOM – Urbanização e Comércio, S.A., Formiagro – Sociedade Agrícola, S.A. e Sociedade Agrícola Casal Outeiro de Polima, S.A..

Presidente do Conselho Fiscal de Orey Antunes.

Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato

Administrador-Delegado.

Membro executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Gerente de Pessoa, Pinto & Costa – Sociedade de Construções, Lda., António Moreira Rato & Filhos, Lda., BCCM – Inovação Tecnológica, Lda. e Reditus II-Telecomunicações, Lda..

Presidente do Conselho de Administração de Reditus Gestão – Prestação de Serviços Informáticos, S.A., InterReditus – Prestação Integrada de Serviços Informáticos, S.A. e Redware – Sistemas de Informação, S.A. .

Administrador de TORA – Sociedade Imobiliária, S.A., URCOM – Urbanização e Comércio, S.A., Formiagro – Sociedade Agrícola, S.A., Sociedade Agrícola Casal Outeiro de Polima, S.A., Reditus Imobiliária, S.A.

Engº José António da Costa Limão Gatta

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Presidente do Conselho de Administração de ELAO – SGPS, S.A., Caleo, S.A. (Versalhes, França) , Giessen Beteiligungs KG (Munique, Alemanha).

Administrador de Scorpion Group Ltd. (Cambridge, UK).

Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Administrador de ELAO – SGPS, S.A..

Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite

Administrador Executivo.

Funções que exerce em outras sociedades:

Administrador da Brisa – Auto-Estradas de Portugal, S.A. e da CUF – Companhia União Fabril, SGPS, S.A. .

o Membro do Conselho de Administração Independente:

Professor Doutor António do Pranto Nogueira independente em relação aos accionistas de referência. Considerando a sociedade, para o efeito, que é accionista de referência o accionista que detenha, directa ou indirectamente, mais de 2% dos votos.

2. Não existe Comissão Executiva, pois todos os membros do Conselho de Administração têm funções executivas.
3. Descrição do modo como o Conselho de Administração exerce um controlo efectivo da vida societária

O Conselho de Administração reúne sempre que for convocado pelo Presidente ou por um administrador e obrigatoriamente uma vez por semestre. Sendo que durante o exercício de 2002 reuniu formalmente 8 vezes, e, informalmente, numa média de mais de uma vez por mês.

4. Na REDITUS, SGPS, S.A. foi criado em 2002 um núcleo focalizado no desenvolvimento de sistemas e processos de controlo de Qualidade Interna e Externa que permitam à estrutura o controlo e aferição da qualidade de serviços prestados e de potenciais situações de conflitos de interesses.

O objectivo final desta estrutura será o da consolidação, em 2003, da figura do Provedor de Cliente, que se constituirá como o canal alternativo e opcional na

interlocação entre os Clientes do Grupo e as nossas áreas operacionais, no apoio à análise e resolução de eventuais situações de conflito ou incompreensão.

5. As remunerações dos titulares do órgão de administração para o exercício de 2002 não estiveram dependentes dos resultados da sociedade ou da evolução da cotação das acções por esta emitidas.

O Contrato de Sociedade, porém, prevê no seu artigo Décimo Terceiro, número oito que as remunerações dos membros do órgãos de administração poderão ser certas ou consistir, parcialmente, numa percentagem dos lucros do exercício, sendo que a percentagem dos lucros globalmente destinada aos administradores não pode exceder dez por cento.

Assim, e visto a remuneração dos Administradores ser fixada anualmente pela Comissão de Remunerações eleita em assembleia geral de accionistas, conforme o previsto no artigo Décimo Terceiro, número sete, é previsível dada a recomendação da CMVM que a mesma venha a ser tida em consideração, alterando-se nessa conformidade a forma de determinação das referidas remunerações.

6. Remuneração auferida no exercício de 2002 pelo conjunto dos membros do órgão de administração: 367.013, como referido na nota 39 do Anexo às Contas.

VI. LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS, CALCULADA NOS TERMOS DO ART. 20º DO CVM

LISORTA – Ass. Técnica, Lda.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	1.047.643	16,12%
Através do Sr. Dr. José Carlos Moreira Rato, Presidente do Conselho de Administração da Sociedade, que é Gerente da accionista	130.573	2%
Total imputável	1.178.216	18,13

ELAO – SGPS, S.A.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	975.261	15,00%
Através do Sr. Dr. Fernando da Fonseca Santos, Administrador da Sociedade, que é Administrador da accionista	137.541	2,12%
Através do Sr. Engº. José António da Costa Limão Gatta, Administrador da Sociedade, que é Administrador da accionista	37.540	0,58%
Total imputável	1.150.342	17,70%

TORA – Sociedade Imobiliária, S.A.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	9.750	0,15%
Através do Sr. Engº. José Manuel Moreira Rato que é Presidente do Conselho de Administração da sociedade accionista	8.519	0,13%
Através de Sr. Dr. José Carlos Moreira Rato que é Administrador da sociedade accionista	130.573	2%
Através do Sr. Dr. Frederico José Moreira Rato que é Administrador da sociedade accionista	240.871	3,71%
Total imputável	389.713	5,99%

DR. FREDERICO JOSÉ APLETON MOREIRA RATO	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	240.871	3,71%
Total imputável	240.871	3,71%

DR. FERNANDO MANUEL CARDOSO MALHEIRO DA FONSECA SANTOS	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	137.541	2,12%
Total imputável	137.541	2,12%

DR. NELSON MAIA OLIVEIRA	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	130.000	2,00%
Total imputável	130.000	2,00%

SEGUROS E PENSÕES GERE, SGPS, S.A.	Nº de Acções	% Direitos de Voto
Directamente	130.123	2,00%
Total imputável	130.123	2,00%

Não houve, durante o exercício de 2002, qualquer comunicação de redução ou alienação total da participação.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A,
Lisboa

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2002, da **Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.** (adiante também designada por Empresa), as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 58 015 661 euros e um total de capital próprio de 27 972 373 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 838 506 euros), as Demonstrações consolidadas dos resultados por natureza e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa, do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados; (ii) a preparação de informação financeira histórica, que esteja de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (v) prestar informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.

3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelos Conselhos de Administração dessas empresas utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e (vi) a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

7. Na sequência de processo de reestruturação do grupo REDITUS, ocorrido em 1996, foram reconhecidas em anos anteriores nas contas consolidadas, Imobilizações Incorpóreas de cerca de 28 400 000 euros, referentes ao valor atribuído a marcas, carteira de clientes, transferência de quadros e respectivo *know-how*, exploradas essencialmente por uma empresa do Grupo. O reconhecimento deste valor como um activo contraria os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Opinião

8. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos da situação descrita no parágrafo 7, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Ênfases

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção de que conforme divulgado no Anexo ao Balanço e a Demonstração dos Resultados Consolidados, as empresas do Grupo integradas na consolidação efectuaram, no decurso de 2002, um conjunto de regularizações de grande significado ao nível das contas de terceiros, as quais originaram um impacto negativo nos Resultados Transitados do Balanço Consolidado de cerca de 4 600 000 euros.

Lisboa, 7 de Março de 2003

Manuel Rui dos Santos Caseirão, em representação de
Barroso, Dias, Caseirão & Associados - SROC

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores,

Relatório

No cumprimento do mandato que V. Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, acompanhámos durante o exercício de 2002, a actividade consolidada da Reditus, Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A, examinámos regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatámos a observância da lei e dos estatutos e obtivemos do Conselho de Administração os esclarecimentos, informações e documentos solicitados. O Conselho Fiscal apreciou o Relatório final da BDC (Sociedade de Revisores membro deste Conselho) sobre a fiscalização efectuada, cujo conteúdo mereceu a nossa concordância e que, nos termos da lei, fica a fazer parte integrante do presente relatório.

O Balanço consolidado, as Demonstrações dos Resultados consolidados por naturezas e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, os correspondentes Anexos e o Relatório Consolidado de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados do conjunto das empresas incluídas na consolidação e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Parecer

Assim, somos de parecer que sejam aprovados o Relatório Consolidado de Gestão, o Balanço Consolidado, as Demonstrações dos Resultados Consolidadas por natureza e por funções, a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa e os correspondentes Anexos, apresentados pela Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002;

Lisboa, 7 de Março de 2003

O CONSELHO FISCAL

Dr. Rui António Nascimento Gomes Barreira - Presidente

Engº Manuel Luís Canas de Sousa Callé - Vogal

Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão, em representação
de Barroso, Dias, Caseirão & Associados - SROC

“A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, ao abrigo do disposto no nº.3 do artº 250º do Código dos Valores Mobiliários, dispensou a publicação das contas individuais. Os documentos de prestação de contas alvo desta dispensa encontram-se disponíveis para consulta, juntamente com os restantes, na sede desta Sociedade, de acordo com o estabelecido pelo Código das Sociedades Comerciais.”

Assembleia Geral de Accionistas Acta Número Cinquenta e Cinco

Aos trinta e um dias de Março de dois mil e três, pelas nove horas e trinta minutos, reuniu a Assembleia Geral da Reditus - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., na sua sede social sita na Rua Pedro Nunes, nº. 11 em Lisboa.

Estiveram presentes o Presidente e um Secretário da Mesa da Assembleia Geral, respectivamente Senhores Dr. António Luís Marini de Magalhães Cardoso e Dr. Nuno José Pires das Neves. Estiveram ainda presentes os membros do Conselho de Administração, Senhores Dr. José Carlos Appleton Moreira Rato, Dr. Frederico José Appleton Moreira Rato, Engº. José António da Costa Limão Gatta, Dr. Fernando Manuel Cardoso Malheiro da Fonseca Santos e Professor Doutor António do Pranto Nogueira Leite; o membro do Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, Senhor Dr. Manuel Rui dos Santos Caseirão, o Vogal Suplente, Senhor Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira, e o Secretário da Sociedade, Senhor Dr. José Maria Rebelo de Andrade e Sousa, e ainda, presentes ou devidamente representados accionistas titulares de três milhões, cento e oito mil, seiscentas e onze acções, representativas de quarenta e sete virgula oitenta e dois por cento do capital social e dos direitos de voto.

O Senhor Presidente da Mesa depois de ter verificado a titularidade das acções dos accionistas presentes ou representados e a legalidade dos instrumentos de representação, solicitou aos presentes que assinassem a Lista de Presenças, o que foi feito de imediato. Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa analisou as publicações da convocatória, tendo constatado que as mesmas se verificaram no Diário de Notícias e no Diário da República de 28 de Fevereiro e no Boletim da Euronext Lisboa de 3 de Março.

Procedeu depois à leitura da Ordem de Trabalhos que é a seguinte:

Primeiro: Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício relativas ao ano de dois mil e dois, bem como sobre o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas relativas ao mesmo exercício;

Segundo: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

Terceiro: Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

Aberta a sessão, o Senhor Presidente da Mesa entrou no **primeiro ponto da Ordem de Trabalhos**, e deu a palavra ao Conselho de Administração que relatou a actividade em dois mil e dois e comentou as contas apresentadas. Esta exposição foi feita pelo Dr. Frederico Moreira Rato, resumindo o detalhadamente exposto no Relatório apresentado aos Senhores Accionistas, no que se refere à actividade operacional das empresas participadas que actuam em Portugal; as actividades em França e na Polónia foram relatadas pelo Administrador Senhor Engº. José António Gatta e a análise financeira foi apresentada pelo Administrador Senhor Professor Doutor António Nogueira Leite que referiu um apuramento de um Cash Flow Operacional consolidado positivo de 735.582 € e um resultado líquido consolidado negativo depois de interesses minoritários de 838.506 € (negativo de 772.408 €, em 2001).

Considerando-se os Senhores Accionistas esclarecidos sobre os Relatórios de Gestão, tanto simples como consolidado e sobre as contas do exercício e as contas consolidadas, o Senhor Presidente da Mesa pô-los à votação tendo sido, em consequência, aprovados por unanimidade o relatório de gestão e as contas do exercício relativas ao ano de dois mil e dois, bem como o relatório consolidado de gestão e as contas consolidadas relativas ao mesmo exercício.

Entrou-se no **segundo ponto da Ordem de Trabalhos**, tendo o Senhor Presidente da Mesa passado a ler a seguinte Proposta do Conselho de Administração:

“Tendo sido apurado, no exercício, um resultado líquido negativo de 2.513.142 Euros, propomos a sua contabilização em resultados transitados.”

Submetida à votação foi a proposta aprovada por unanimidade.

Passando-se ao **terceiro ponto da Ordem de Trabalhos**, foi proposto pelo Accionista Senhor Dr. António Leal de Faria d'Aguiar um voto de louvor à Administração e ao Conselho Fiscal pela forma empenhada, diligente e profícua como desempenharam as respectivas funções no exercício em referência.

Submetida à votação foi tal proposta aprovada por unanimidade.

Seguidamente o Senhor Presidente da Mesa perguntou aos Senhores Accionistas se pretendiam qualquer esclarecimento suplementar. Considerando-se todos os presentes esclarecidos, o Senhor Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos, tendo-se lavrado a presente acta que vai ser assinada pelos Senhores Presidente e Secretário da Mesa da Assembleia Geral.

Dr. António Luís Marini de Magalhães Cardoso – Presidente

Dr. Nuno José Pires das Neves – Secretário da Mesa